

Enfim, os ricos começam a pagar impostos

Contrariamente ao que muitos pensam, o Brasil não é um país pobre. Sempre, desde o período colonial e no Império tivemos uma economia sólida, com lugar destacada no cenário mundial. O último ciclo, do café, propiciou não só a urbanização moderna do Rio e São Paulo, como criou as bases para a industrialização do país. Há muitos anos figuramos entre os 10 maiores PIB's do mundo, podendo nos orgulhar de produzirmos e exportarmos aviões e determos um lugar estratégico na produção de alimentos. Graças a isto, aliás, temos uma sólida poupança em divisas, aplicadas em Títulos do Tesouro Americano, a qual nos confere uma credibilidade externa invejável, algo que nem a Argentina, a Grécia, ou Portugal têm. Não obstante, somos um país injusto, com elevadíssima concentração de renda, com 120 milhões de brasileiros ganhando até 1 salário mínimo e com cerca de 70 milhões em idade de trabalhar que nem procuram emprego. Pessoas que vivem, em sua maioria, nas grandes cidades, morando em condições subhumanas, sujeitos a todo tipo de violência e dificuldades para sobreviver dignamente. Abaixo desta camada vicejam, ainda, cerca de 40 milhões que não ganham sequer o mínimo nem dispõem de garantias previdenciárias em sua vida cotidiana, dentre os quais pululam milhões de miseráveis que não ganham nem 2 dólares por dia, muitos dos quais perambulando como moradores de rua nas grandes cidades. Paradoxalmente, essa massa humana gigantesca que acaba financiando a maior parte dos gastos públicos, pior contribuem diariamente com pequenas contribuições a este erário ao comprar o pão, o café e artigos de primeira necessidade em geral. Trata-se dos impostos indiretos, como IPI e ICMS embutidos nos preços dos produtos que, arrecadados pelas empresas, se transfere para os cofres públicos. Os impostos diretos, pagos por aqueles que mais ganham, cerca de 30 milhões cadastrados na Receita Federal, representam menos no bolo final do Estado do que os impostos indiretos, o que acentua a regressividade da distribuição da renda entre nós. O país, enfim, é rico mas injusto.

Lula afirmou na sua campanha que procuraria mudar esta equação cobrando mais imposto dos que mais ganham e transferindo mais renda aos que a necessitam. Ontem, cumpriu-se mais um capítulo desta promessa: Foi aprovada a cobrança de imposto, indevidamente denominados TAXAÇÃO, dos fundos exclusivos, aos quais concorrem pessoas que detêm um capital mínimo de aplicação de R\$ 10 milhões, e aplicações em paraísos fiscais. O produto desta arrecadação contribuirá para uma gradativa mudança da estrutura dos impostos no Brasil e contribuirá decisivamente para o equilíbrio das contas públicas. Está em operação, finalmente, o equacionamento desta injusta distribuição de renda no Brasil que deverá se completar, mais adiante, com a cobrança de imposto sobre dividendos. Acionistas bilionários da PETROBRÁS, por exemplo, muitos deles no exterior, nada pagam a critério de Imposto de Renda enquanto os trabalhadores desta empresa o têm regimento descontado nas suas folhas salariais. Tempo, portanto, de mudança. Abaixo, uma descrição dos efeitos da cobrança dos impostos sobre fundos e paraísos fiscais.

Senado aprova taxaçoão de fundos de super-ricos, em grande vitória de Haddad

A proposta prevê a taxação de offshores e de fundos exclusivos. Veja as estimativas de arrecadação feitas pela equipe econômica do governo

29 de novembro de 2023, 17:56 h

Senado aprova taxação de fundos de super-ricos, em grande vitória de Haddad

- Ouvir artigo

247 - Senadores aprovaram nesta quarta-feira (29) o projeto de lei que prevê a taxação das offshores (investimentos no exterior) e dos fundos exclusivos (fundos de investimento personalizados para pessoas de alta renda), em uma vitória do governo Lula e da equipe econômica do ministro Fernando Haddad.

As duas propostas renderão uma arrecadação de R\$ 3,5 bilhões ainda em 2023, R\$ 20 bilhões em 2024 e R\$ 7 bilhões em 2025, apontaram estimativas feitas pela equipe do Ministério da Fazenda.

O texto estabelece diretrizes para a tributação de aplicações em fundos de investimento no país e da renda auferida por pessoas físicas residentes no Brasil em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior.

Também incorpora disposições e consolida normas já existentes sobre a tributação de rendimentos de aplicações em fundos de investimento no país, além de aprimorar a legislação.

Parte inferior do formulário

De acordo com o relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Alessandro Vieira (MDB-SE), "o projeto ainda aumenta a justiça tributária na tributação de aplicações no país, consolida sua regulamentação e contribui com a sustentabilidade fiscal e a implementação de políticas públicas essenciais".

Offshores são rendimentos obtidos fora do Brasil, com aplicações financeiras ou empresas no exterior. A tributação ocorre quando o lucro obtido com investimentos no exterior é transferido para a pessoa física no Brasil. Se a pessoa continuar com dinheiro no exterior, a tributação pode ser adiada ou nunca acontecer. Após a aprovação do projeto, a tributação será feita uma vez ao ano, em 31 de dezembro. Será de 15%.

Os fundos exclusivos são feitos de forma personalizada para o cotista. O pagamento do imposto é feito no momento do resgate da aplicação. Conforme o texto aprovado no Senado, a taxa vai variar conforme o tempo de duração dos investimentos. Vai ser de 20% no caso de fundos de curto prazo (com até um ano ou menos) e 15% no caso de fundos de longo prazo. De acordo com o Planalto, cerca de 2,5 mil brasileiros têm recursos em fundos exclusivos.

Governo cria Programa para Nem Nens

Jovens de 15 a 29 anos que constituem um dos segmentos mais vulneráveis da população brasileira receberam, ontem, um alento do Governo Federal. Lula criou um Fundo de R\$ 20 bilhões para evitar que os mais jovens saiam da escola. Sobre o programa disse o Ministro da Educação: em entrevista a Sérgio Roxo e Karolini Bandeira:

“O aluno receberá um valor mensal, mas só poderá sacar ao final de cada ano se for aprovado. Vamos avaliar frequência e aprovação. Ele também receberá uma poupança na conta dele e poderá acompanhar o rendimento. Este valor poderá ser retirado ao final do terceiro ano, quando ele também vai ter a prioridade para acesso a microcrédito, se quiser montar seu negócio. Ou então, ter um dinheirinho para pagar a faculdade. ”

O Programa ainda deverá ser regulamentado mas merece o aplauso dos que se preocupam com o futuro dos nossos jovens filhos das camadas de mais baixa renda, lembrando, aqui, que 120 milhões de brasileiros, entre ativos e inativos, ganham até um salário mínimo. O Governo do RS também já anunciou, também, Programa de apoio a estes jovens, exigindo, agora, das Administrações Municipais que se mobilizam no mesmo sentido, identificando, acompanhando e criando programas complementares contra a evasão escolar de adolescentes. Abaixo, uma análise da situação destes jovens e o anúncio do Programa Federal ontem anunciado.

11,5 milhões de jovens brasileiros a caminho da perdição

O número de jovens entre 15 e 29 anos, no Brasil, que não trabalham nem estudam é preocupante: 11,5 milhões. O alarme veio de uma matéria em O ESTADO DE SÃO PAULO de 10 de junho passado - <https://www.estadao.com.br/economia/celso-ming/geracao-nem-nem-e-o-futuro-perdido/> - merecedora, aliás, de aplausos. Pouco se lê na Mídia sobre estes jovens. Pergunte-se, a propósito, a qualquer Prefeito de uma cidade qualquer, se sabe o número de jovens em sua cidade nesta condição “nem-nem” e a maior parte deles nem sabe do que se trata: “Nem-nem. O que é isso...?” Façam o teste...

Estes jovens, em princípio, deveriam estar na Escola, preparando-se para uma inserção digna na sociedade política e na economia. Antigamente dizia-se que eles eram o futuro do Brasil. O futuro chegou e eles ficaram pra trás. Oriundos de famílias mais pobres, acabam abandonando os estudos quando chegam à adolescência em busca de auxílio à casa. No fim, nem estudam, nem trabalham.

Em países como Coreia do Sul o índice desta faixa etária na Escola é superior a 90%. No Brasil, dificilmente passa de 15%. Calculando-se, por alto, a participação deste segmento na população brasileira, na ordem de 20%, teríamos em torno de 44 milhões deles como integrantes na População Economicamente Ativa mas praticamente fora da Força de Trabalho efetiva, de

105 milhões de brasileiros. Isso porque nem estão ocupados, nem procuram mais trabalho, cansados de bater com suas caras nas portas de possíveis empregadores. A questão é que estes jovens acabam ficando de fora das Políticas Públicas de apoio às famílias carentes, como o Bolsa Família, pois são adultos e tomam decisões por conta própria. Governos de Estado e Prefeituras deveriam velar por eles, identificando-os, acompanhando-os em seus primeiros passos no mundo, formulando Políticas específicas para eles, como orientação especial para os diversos aspectos da vida. Administrações Municipais, entretanto, não se sentem comprometidas com esta Agenda. Custam a compreender que tanto a realidade estrutural no país, com 120 milhões ganhando até um salário mínimo, sendo que, destes, 50 milhões vivem com meio mínimo e 20 com menos de dois dólares por dia, como as mudanças tecnológicas e da comunicação social estão a exigir novas missões no campo do Emprego e da Renda. Suas Secretarias de Ação Social se limitam, mais das vezes, à gestão de programas federais como distribuição de cestas e promoção de ajuda emergencial, não raro "sopões". A realidade, porém, exige mais. Exige conhecimento da realidade social de cada municipalidade, acompanhando de perto as populações vulneráveis como moradores de rua, jovens NEM NEM, idosos, nutrízes e gestantes, populações indígenas e moradores de quilombos etc. Um caminho difícil, mas cada vez mais indispensável.

Um filme colombiano, país que inaugurou a criação de Bibliotecas Parque como espaços de convivência juvenil com acesso à cultura e Internet no combate às drogas e delinquência juvenil, dirigido por Laura Mora Ortega (Matar Jesus): "Os Reis do Mundo", em cartaz na Netflix. Conta a saga de cinco adolescentes moradores de rua em Medellín, uma das maiores cidades da Colômbia e mostra as dificuldades enfrentadas pelos meninos analfabetos, sobrevivendo como podem na marginalidade. A trama mostra o dilema que lhe ocorre quando um deles recebe um documento do governo sobre uma herança deixada por sua avó. Este fato se converte numa idealização na esperança de mudarem de vida, lembrando Belchior (1946-2017), em "Apenas um Rapaz Latino-Americano" -- BELCHIOR+APENAS+UM+RAPAZLATINOAMERICANO -. O filme aponta, enfim, para a importância das Políticas Públicas na salvação de nossos jovens, começando pela criação de espaços supervisionados de convivência. Ou, se quisermos: "Torres Além Veraneio". Não basta a consciência em si da vocação turística da Mais Bela Praia. É tempo de uma consciência para si mesma da cidade. Sobre sua gente.

Anexo:

Estudantes do ensino médio terão poupança para permanecer na escola -
Incentivo é destinado a jovens de baixa renda

~~~~~\*\*\*

Publicado em 28/11/2023 - 14:48 Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil – Brasília - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-11/estudantes-do-ensino-medio-terao-poupanca-para-permanecer-na-escola>

Ouvir:

O governo federal criou o programa de bolsa permanência e de poupança para estudantes de baixa renda que estão no ensino médio, para incentivar a

permanência e conclusão dos estudos pelos jovens. Para isso, será criado um fundo especial em que a União deve aportar até R\$ 20 bilhões.

“A redução da evasão escolar e o incentivo à conclusão do ensino médio são considerados fatores centrais para garantir o acesso dos jovens a melhores condições de formação profissional e emprego”, explicou a Presidência.

Segundo o comunicado, a evasão no ensino médio chega a 16%. Os dados apontam que o primeiro ano é o que tem maior registro de evasão, abandono e reprovação de estudantes.

A Medida Provisória (MP) nº 1.198, de 27 de novembro de 2023, foi publicada nesta terça-feira (28) em edição extra do Diário Oficial da União. Por ter força de lei, a MP já está em vigor, mas precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em 120 dias para não perder a validade.

Um ato conjunto dos ministérios da Educação e da Fazenda vai definir valores, formas de pagamento, critérios de operacionalização e uso da poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar. Os valores serão depositados em conta a ser aberta em nome do estudante, que poderá ser a poupança social digital da Caixa Econômica Federal.

#### Critérios

Estão aptos a receber o benefício os jovens de baixa renda regularmente matriculados no ensino médio nas redes públicas de ensino e pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com prioridade àquelas que tenham renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 218. A elegibilidade ao programa também poderá ser associada a critérios adicionais de vulnerabilidade social e idade, conforme a regulamentação.

A poupança não será considerada no cálculo da renda familiar para a concessão ou recebimento de outros benefícios.

Para ter acesso ao benefício, o aluno precisará ter frequência mínima, garantir a aprovação ao fim do ano letivo e fazer a matrícula no ano seguinte, quando for o caso. A regra também exige participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para aqueles matriculados na última série do ensino médio, nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e nos exames aplicados pelos sistemas de avaliação externa dos entes federativos para a etapa do ensino médio.

A MP também prevê a articulação com estados, municípios e o Distrito Federal, que prestarão as informações necessárias à execução do programa, a fim de possibilitar o acesso à poupança pelos estudantes matriculados em suas respectivas redes de ensino.

#### Recursos

Para a operacionalização, o programa prevê a criação de um fundo, administrado pela Caixa, que poderá contar com recursos públicos e privados. A MP autoriza a União a aportar até R\$ 20 bilhões no fundo de receitas federais da exploração de óleo e gás.

De acordo com a Presidência, a medida reforça a legislação atual, que prevê que recursos do pré-sal sejam prioritariamente destinados à educação pública e à redução das desigualdades.

Caso os estudantes descumpram as condicionantes ou se desliguem do programa, os respectivos valores depositados em conta retornarão ao fundo.

Edição: Juliana Andrade

~~~~~\*\*\*

Governo RS reformula programa para combater evasão escolar e lança iniciativa voltada para empregabilidade jovem

Publicação: 16/10/2023 - <https://educacao.rs.gov.br/governo-reformula-programa-para-combater-evasao-escolar-e-lanca-iniciativa-voltada-para-empregabilidade-jovem#:~:text=Com%20as%20altera%C3%A7%C3%B5es%20que%20ser%C3%A3o,casos%2C%20a%20R%24%209.850> .

O governo do Estado apresentou, nesta segunda-feira (16/10), a reformulação do programa Todo Jovem na Escola e o novo programa de empregabilidade jovem, Partiu Futuro, que entrarão em vigor a partir de 2024. Os anúncios ocorreram no Palácio Piratini, com a presença do governador Eduardo Leite e do vice-governador Gabriel Souza.

Entre 2024 e 2026, o investimento total do Executivo estadual nos dois programas será de R\$ 773,9 milhões: R\$ 731,6 milhões no Todo Jovem na Escola e R\$ 42,3 milhões no Partiu Futuro. Ambos são estruturados pelo Gabinete de Projetos Especiais, coordenado por Gabriel.

“Neste ciclo de governo, serão aplicados quase R\$ 774 milhões de reais a fim de formarmos jovens com inclusão produtiva e de viabilizar engajamento, aprendizado e oportunidades, tanto para o jovem individualmente como para o Estado coletivamente”, destacou Leite. “Quanto mais jovens permanecerem em sala de aula, se qualificarem e forem incluídos profissionalmente, mais o Estado ganha econômica e socialmente. ”

Todo Jovem na Escola

O Todo Jovem na Escola busca a permanência dos alunos em sala de aula, garantindo auxílio financeiro aos estudantes da rede estadual. Com as alterações que serão realizadas, o programa pretende se tornar a maior iniciativa de combate à evasão e ao abandono escolar em todo o país. A partir de 2026, somando-se todos os benefícios recebidos ao longo dos três anos do Ensino Médio, o valor pago a cada estudante poderá chegar, em alguns casos, a R\$ 9.850.

O novo formato inclui mais três modalidades de prestação de auxílio financeiro. Além do pagamento da bolsa permanência, haverá a concessão de auxílio material escolar, poupança aprovação e prêmio engajamento. Outra mudança é que os valores serão creditados em um Cartão Cidadão emitido em nome do aluno, e não mais no Cartão Cidadão do responsável familiar.

Durante a apresentação, Gabriel destacou o caráter único e inédito da proposta. “No Brasil, existem programas que pagam bolsas mensais ou uma poupança ao final do Ensino Médio, mas não há um que tenha esse conjunto de benefícios. Por isso, este é o maior programa do país de combate à evasão e ao abandono escolar”, ressaltou.

Os auxílios contemplarão alunos regularmente matriculados e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pertencentes a famílias cadastradas no CadÚnico, com renda per capita de até R\$ 660 mensais.

Aos alunos que tiverem pelo menos 75% de frequência, serão pagas dez bolsas de permanência por ano, referentes aos meses de março a dezembro. Essa bolsa passará a ser progressiva também, com valores escalonados de acordo com a renda per capita da família do estudante.

Para renda per capita entre R\$ 210,01 e R\$ 660 mensais, a bolsa de permanência será de R\$ 150 mensais. Se essa renda estiver entre R\$ 105,01 e R\$ 210, a bolsa corresponderá a R\$ 150, de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024; R\$ 180, de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025; e R\$ 200, a partir de 1º de janeiro de 2026. Se a renda per capita for de até R\$ 105, a bolsa será de R\$ 200, entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025; e de R\$ 250, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Essa distribuição tem como objetivo melhor atender os alunos enquadrados na faixa da extrema pobreza – que corresponde a 46% dos beneficiários. A medida se justifica porque foi identificada uma correlação entre abandono/evasão e vulnerabilidade socioeconômica.

O auxílio material escolar, em valor equivalente a uma bolsa permanência, visa suprir as necessidades decorrentes do início do ano letivo. Com a quantia, o estudante vai poder comprar caderno, mochila, tênis ou qualquer bem de consumo para iniciar a frequência.

Ao final de cada ano em que o aluno for aprovado, serão creditadas duas bolsas de poupança aprovação. O valor desse benefício equivalerá a até seis bolsas permanência. O valor acumulado será disponibilizado somente ao término do Ensino Médio, mas será permitido o saque parcial de 25% do valor ao fim de cada ano letivo.

Outro benefício será o prêmio engajamento, no valor de R\$ 100. A quantia será paga aos alunos que, ao concluírem o Ensino Médio, tiverem participado, comprovadamente, das avaliações diagnósticas do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (Saers) ou do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Partiu Futuro

O programa Partiu Futuro prevê a qualificação técnica e a aprendizagem profissional para jovens a partir de 14 anos, promovendo o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social ao mundo do trabalho por meio da promoção de estágios e aprendizagem profissional (Jovem Aprendiz).

“O principal objetivo desse programa é a inclusão produtiva da juventude gaúcha. Ele também está ligado ao combate à evasão escolar e à transferência de renda”, explicou o vice-governador. “O investimento em capital humano no Rio Grande do Sul permeia a nossa estratégia de governo. Temos menos jovens na população, o que demanda que eles sejam mais preparados para o mundo do trabalho a fim de gerar desenvolvimento e riqueza. ”

A iniciativa está estruturada em três eixos de atuação. O eixo 1 propõe a oferta de vagas de estágio em escolas públicas estaduais para jovens a partir de 16 anos, pertencentes a famílias cadastradas no CadÚnico e matriculados nas referidas escolas. Essa frente vai contar com a participação de 108 escolas localizadas em territórios abrangidos pelo programa RS Seguro. Serão beneficiados 324 estudantes, que terão acesso a bolsa auxílio, vale-refeição e auxílio transporte, totalizando R\$ 723,80. O contrato será de seis meses (4h por dia), com possibilidade de renovação.

No eixo 2, alunos ou egressos do Ensino Médio poderão atuar como Jovens Aprendizes em vagas existentes em órgãos públicos estaduais e municipais. Serão contemplados mil jovens de 14 a 24 anos incompletos, pertencentes a famílias do CadÚnico. Esse trabalho será executado em oito municípios selecionados a partir do RS Seguro: Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Santa Maria, São Leopoldo e Viamão.

Os jovens terão carteira assinada, salário-mínimo regional (4h diárias) e demais direitos trabalhistas previstos na Lei da Aprendizagem (Lei Estadual 15.481/2020), além de formação teórica para acompanhar atividades práticas ao longo de um contrato de 24 meses.

Por fim, no eixo 3, haverá a oferta de vagas de Jovem Aprendiz para alunos em empresas. Para isso, escolas técnicas ou ofertantes do itinerário de formação técnica e profissional serão credenciadas como entidades qualificadoras junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Poderão participar alunos de cursos técnicos integrados, de 14 a 22 anos incompletos, preferencialmente pertencentes a famílias do CadÚnico.

Nesse eixo, a meta é beneficiar 1.156 jovens com acesso a emprego com carteira assinada. Foram selecionadas escolas técnicas de Canoas, Capão da Canoa, Esteio, Guaíba, Portão, Porto Alegre e São Leopoldo.

Editorial Cultural FM Torres RS – nov 28

A ressurreição da importância do princípio de soberania

XXEntenda o Novo Consenso de Washington. Título original “Modern supply-side economics and the New Washington Consensus”. xxxxxx

A questão nacional, com seus pressupostos de fortalecimento da soberania do país sobre setores estratégicos, esteve muito presente no debate nacional entre os anos 1930 e 1980 e tinha, na importância a ser dada à industrialização, seu ponto focal. O empresário Roberto Simonsen, em meio às controvérsias da época foi um grandes defensores do que se considerava um desafio: montar uma civilização industrial nos trópicos, contrariando os tradicionais defensores da vocação agrícola do país, baseada nas maiores vantagens comparativas nossas com relação a outras nações na produção do café, cacau, algodão e cana de açúcar etc. A Revolução de 30, sob o comando de Vargas, com o lastro de uma experiência pioneira já vivida no Rio Grande do Sul e uma coluna vertebral de militares progressistas que haviam se batido contra a República Velha, guardiã dos interesses agrários, impulsionou o projeto industrializante e acabou mudando a fisionomia econômica do país. Mesmo quando, em 1964, militares deram o golpe que deu um corte na dinâmica varguista, os sucessivos governos dos generais mantiveram a arquitetura do Estado herdada do período anterior e continuaram defendendo o projeto industrializante, completando o chamado ciclo da substituição de importações com o desenvolvimento da petroquímica, que tinha na defesa da PETROBRÁS importante vetor, e da química fina, além dos projetos de apoio à alta tecnologia com o ITA e EMBRAER, ambas oficiais, que nos permitiram consolidar uma indústria aeronáutica de peso internacional. Isso, na verdade, até 1979, quando se inicia, com a retomada da ideologia neoliberal, neste ano, inaugurada pela Sra. Thatcher na GB e logo a seguir com o Reagonomics, culminando na capitulação do mundo ocidental inteiro aos 13 postulados do Consenso de Washington dez anos depois. Este foi o ano, aliás, da entrada no Governo do General Figueiredo. Desde então, e por mais de uma década, até que se realizassem as eleições diretas para Presidente da República, o país mergulhou no desafio da redemocratização e subsidiariamente, nas tentativas de controle de uma inflação descontrolada herdada, justamente, pela perda de foco na questão nacional. Quando o "Fio da História" foi retomado, com a posse de Lula, em 2003, o mundo já estava contaminado pela mística da globalização, com as exigências de adequação da Política Econômica interna às exigências dos organismos internacionais, sobretudo em decorrência da grave crise da falta de divisas para honrar a dívida externa. Restou-lhe o grande esforço das Políticas Sociais, com eixo nas transferências de renda aos segmentos vulneráveis da população e apoio ao identitarismo. O tema soberania nacional só viria à tona com a pandemia do COVID em 2020 quando até mesmo os Estados Unidos se deram conta de que não detinham mais capacidade de produzir máscaras de pano...A Guerra na Ucrânia, deflagrada com a "Operação Especial" da Rússia sobre aquele país, com sérias repercussões ao fornecimento de energia e alimentos, reforçou a retomada dos princípios de segurança interna sobre certos produtos, trazendo de volta a denominada questão nacional, curiosamente, não mais como uma aspiração complementar à autodeterminação política, como forma de consolidação de Estados descolonizados, geralmente defendida pela esquerda em escala internacional, mas de grupos de extrema direita. O próprio BREXIT, na GB, sustentado por conservadores daquele país, em 2015, já apontava neste sentido. A eleição de TRUMP, um ano depois, com a proposta de fazer a AMERICA GREATER AGAIN, reforçava esta tendência que, afinal, resultou na mudança significativa dos 13 pontos do CONSENSO DE WASHINGTON de 1989 para um NOVO CONSENSO DE WASHINGTON hoje em vigor e aponta para maior segurança nacional sobre certos setores da economia: Segurança Energética Nacional, Segurança

Alimentar, Segurança Estratégica, Segurança Biológica, Segurança Ambiental. Tudo isso já começa a se refletir no grupo do BRICS, que tem na China e na Rússia atual, dois governos desafiantes à hegemonia americana e que, há muito mantêm políticas de segurança nacional. No Brasil, com a posse de Lula neste ano, num clima completamente diferente de vinte anos atrás, a questão nacional volta à tona com a retomada de políticas de reindustrialização do país, que deverão ter no BNDES e nos investimentos da PETROBRÁS, importante elemento de sustentação, mas também de fortalecimento da C&T no país. Para tanto, há que recuperar os orçamentos dos Institutos de Pesquisa e Universidades em geral, ao tempo em que se formulam estratégias específicas para a sustentação e desenvolvimento da indústria aeronáutica, a de maior densidade tecnologia e maior peso em valor na pauta de exportações, como garantia de construção dos submarinos nucleares já em curso. Não menor importância, foi a decisão do Governo de viabilização da CEITEC

Editorial Cultural FM Torres RS 27 de novembro 23

CAMPANHA É CAMPANHA. GOVERNO É GOVERNO

A vinda da Chanceler designada pelo Presidente eleito na Argentina, Milei, com uma carta convidando o Presidente Lula para a sua posse confirma uma velha máxima, atribuída, outrora, a Tancredo Neves, Presidente eleito em 1985 e que acabou não tomando posse. Faleceu na madrugada do tão esperado dia em que um civil, enfim, voltaria ao Palácio do Planalto depois de 21 anos de ditadura militar: "Campanha é campanha; governo é governo".

A transformação de candidatos em produtos de marketing não é novidade. Começou no final do século passado. Os ditos marqueteiros foram gradualmente substituindo os antigos consultores políticos que comandavam as campanhas de candidatos majoritários. Como resultado, num primeiro momento, houve uma espécie de pasteurização dos programas de candidatos de distintas orientações ideológicas, os quais passaram a defender aquilo que as pesquisas de opinião informavam como assuntos de sua preferência. Ultimamente, porém, talvez como resultado do agravamento das condições sociais do eleitorado no mundo inteiro, função da globalização que redefiniu o desenho das plantas industriais no mundo inteiro, simultânea à reconcentração da renda, bem analisada pelo economista Pickety, as campanhas foram se radicalizando. Abriu-se um imenso espaço para a contestação do establishment não mais pela esquerda crescentemente docilizada pela glamourização dos encantos do Consenso de Washington, sobretudo depois da derrocada da União Soviética em 1991. Vários e tradicionais Partidos Comunistas europeus simplesmente se reconverteram ao reformismo neoliberal, acompanhando idêntico movimento da socialdemocracia. Exemplo disso foi o Partido Comunista Brasileiro, liderado por Roberto Freire, candidato à Presidente em 1989 e logo depois reciclado à condição de apêndice do PSDB. Não obstante, a questão social derivada de uma ordem social competitiva, incapaz de levar o desenvolvimento não só a todas as regiões e continentes, como até mesmo em seus próprios recantos atingidos pela desindustrialização, continuava pressionando a opinião pública e movimentos sociais colocando em disponibilidade política a consciência crítica deste processo. Com isso desequilibra-se o velho PACTO que mantinha as sociedades ocidentais em relativa estabilidade. Abre-se um ciclo de crise do homem público, como

Tenho orgulho de pertencer à militância contra o sionismo, ocupando a mesma trincheira escolhida por meus ancestrais há três gerações. Ameaças e arroubos ditatoriais da CONIB apenas reforçam a minha convicção sobre o papel que devo continuar a cumprir, ao lado de muitas outras pessoas, companheiros e coletivos.

Paulo Timm – Especial para REPORTER INDEPENDENTE, Brasília DF – nov.07

“ Cada obra prima conseguida derruba a teoria de que somos fantoches irresponsáveis do destino e do encanto.” (W.H.Auden)

“Ao abrir espaço para que diversas igrejas escrevam o seu próprio caminho, desenhem sua própria trajetória e estabeleçam outras formas de vivenciar Deus e o Evangelho no mundo, a Reforma contribuiu decisivamente para a pluralidade religiosa. Forçou a convivência com a diversidade, rejeitando de uma vez por todas a homogeneização da compreensão e da “aplicação” dos textos bíblicos.”

Márcio Moretto Ribeiro . Facebook

Jornalista Breno Altman responde à censura sionista |

XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diz-se que até a sorte se cansa de carregar o sortudo até o fim de sua vida. Um dia, o abandona. A ignorância talvez se canse, também, de tanta desinformação dos ignorantes. Evangélicos no Brasil, por exemplo, estão confundindo questões fundamentais da própria confissão e acabam se confundindo. A origem dos evangélicos repousa na Reforma Religiosa de Marinho Lutero, um clérigo católico, na Alemanha, no início do século XVI. Revoltou-se, ele, com as práticas da Igreja de Roma, sobretudo a simonia, que consistia na venda de direitos à uma vida eterna consagrada, num período em que o Papado se envolvia nas obras do Vaticano. Mas Lutero, mesmo inspirando-se mais em Santo Agostinho, o primeiro teólogo do catolicismo, que deu origem à Escolástica, que orientou a Igreja na Idade Média, do que em Santo Tomaz de Aquino, Lutero jamais se afastou do catolicismo.

Lutero não desejava criar uma nova Igreja. Sua íntima conexão com a Igreja de Roma o levava a desejar uma revisão interna à Igreja. O cenário europeu, entretanto, estava em rápida mudança, com a emergência dos Estados Nacionais em conflito com o Poder Temporal da Igreja, em ampla articulação com novas fisionomias sociais e urbanas. Isso facilitou a eclosão da Reforma, criando ambientes de garantias internas, sobretudo ao norte da Europa, infensas ao braço da Inquisição. Lutero, entretanto, tinha razões teológicas e

morais muito próprias, para sua peregrinação. Ligado em sua formação aos ensinamentos de Santo Agostinho, que dominara o pensamento cristão durante os mil anos precedentes, Lutero tinha em seu ideário neo-platônico, marcado pela ideia da salvação pela graça e não pela ação – livre arbítrio – fortes razões para rejeitar o aristotelismo emergente, desde a publicação da Summa Teológica de Santo Tomaz de Aquino, no século XIII. Sua vida distante da “corte” da Igreja, em Roma, numa era de inequívoca devassidão moral, deu-lhe a coragem e determinação para contestá-la. Não teve êxito em mudar a Igreja, mas seu gesto resultou no êxito de questioná-la, abrindo novos caminhos confessionais. Depois de séculos de intolerância recíproca, o século XX reaproximou luteranos e católicos, no rumo do ecumenismo. Este chegou aos pontos de encontro firmados na Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, assinada em 1999, à qual, se seguiu a Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas.

O que a Igreja Católica poderia aprender com a tradição luterana? O Papa Francisco responde assim: “Duas palavras me vêm à mente: a Reforma e a Escritura”. O gesto de renovação para uma Igreja que é semper reformanda e a escolha feita de colocar a Palavra de Deus nas mãos do povo -

Paulo Timm on 500 anos da Reforma Religiosa

Neste sentido, é sempre conveniente se recordar que na origem remota do catolicismo, logo da morte de Cristo, houve, sim, um debate interno entre seus seguidores, aí se destacando o papel de São Paulo como preconizador da proposta cristã, não como seite judaica, para o povo judeu, mas para toda a humanidade. São Pedro, judeu, teria resistido, no início à esta visão mais humanista e universal do catolicismo, mas, afinal, acedeu. São Paulo, enfim, com isso, dedicou-se a espalhar a BOA NOVA em vastas regiões do mundo conhecido, deixando como herança a presença cristã no mundo grego e em várias áreas do Levante, no Oriente Médio, onde, até hoje há forte presença cristão. Os neopentecostais, entretanto, desconhecem este processo e acabam confundindo seus seguidores : ISRAEL BÍBLICO com o Estado de Israel atual, que foi formado à luz de uma ideologia , o sionismo, que não se confunde com o próprio povo judeu. Muitos judeus rejeitam o sionismo. De resto, nesta obsessão por ISRAEL, influenciados pela IGREJA UNIVERSAL, que até adotou o quipá, cobertura clássica dos judeus, acabaram deslocando o foco da fé para o VELHO TESTAMENTO, quando a essência do cristianismo repousa no NOVO, nos Evangelhos, na pregação da fraternidade universal alimentada pela BOA NOVA. O princípio do perdão que do amor fraterno é feito, sem POVOS ELEITOS, DESTINOS MANIFESTOS DE NAÇÕES ELEITAS POR DEUS e outras invencionices.. Daí a importância de se recuperar os fundamentos do cristianismo, revalorizando a presença dos evangélicos na vida social e pública do Brasil, ao lado de outras confissões, num momento em que seu número tende a se equivaler ao número de católicos, justificando suas aspirações, não exclusivistas, de maior presença em todo o cenário da vida brasileira.

XX
XXXXXXXXXX

A ESSÊNCIA DO CRISTIANISMO É O HUMANISMO UNIVERSALISTA

Os princípios fundamentais do Cristianismo são amar a Deus sobre todas as coisas e amar ao próximo como a si mesmo. Uma das grandes inovações do cristianismo é a instituição do princípio do perdão e da humildade, revelando a face de um Deus humano e que promove a libertação da humanidade

O cristianismo é uma religião abraâmica, da mesma forma que o Islamismo e o Judaísmo. Os seguidores de Jesus são chamados de "cristãos"; tal denominação foi utilizada pela primeira vez em Antioquia, uma colônia militar grega.

Quais são os principais valores cristãos?

- Crença em um Deus criador.
- Respeito e amor ao próximo, sob o império do perdão independentemente de etnia ou nacionalidade.
- Valorização da família.
- Respeito ao seu corpo como um templo do Espírito Santo, sem prejuízo do direito ao prazer, nos termos de Santo Tomaz de Aquino.

XX
XXXXXXXXXX

Editorial Cultural FM Torres RS – 23 novembro 23

Senado bate de frente com Tribunais

O Senado aprovou, ontem, com decisivo voto do Líder do Governo, Jaques Wagner, que arrastou outros votos aliados, a PEC que limita decisões monocráticas de Juízes das Cortes Superiores e Estaduais colegiadas. A decisão contrária, naturalmente, estas Cortes que entedem tal assunto de sua competência exclusiva, através dos respectivos Regimentos Internos. A verdade é que a reiteração de decisões monocráticas do Supremo que contrariam o Poder Legislativo, não constitui uma boa prática no relacionamento harmônico e independente destes Poderes. É lamentável que não tenha havida um diálogo capaz de encaminhar uma mudança de procedimentos sem a necessidade de uma Emenda Constitucional. O projeto deste Emenda foi enfaticamente sustentado pelo Presidente do Senado que atendeu, também, com isso, demanda de parlamentares mais à direita, ligados ao chamado bolsonarismo, os quais ainda mantém alta dose de animosidade com o Poder Judiciário. Ao atender parte da bancada mais conservadora, Pacheco dá um passo importante para comandar, internamente, sua própria

sucessão. Mas se este PEC se justifica pelo mérito, o mesmo não se pode dizer quanto à sua oportunidade. O Supremo é reconhecido, na atual conjuntura, como o Poder que assegurou a continuidade democrática no país, confrontando-se, com determinação aos arroubos golpistas de Bolsonaro. Vive, pois, um momento de grande enaltecimento que procura justificar, inclusive, seu relevo na crise que acabamos de atravessar, pelo caráter inusitado da transição governamental. Situações extraordinárias, enfim, exigem decisões extraordinárias, dizem os analistas relembrando a fraqueza da República de Weimar no começo do século XX ao não impedir a ascensão de Hitler e nazistas ao Poder. Ficarão, por certo, algumas arestas entre Lula e o Supremo, pelo fato de que, afinal, o voto do Líder do Governo no Senado, Jaques Wagner, ter arrastado outros votos aliados que, afinal, acabaram aprovando a referida PEC. Mas, em compensação, o Governo terá, doravante, mais capacidade de negociação no Senado para a aprovação da legislação que fortalecerá a capacidade de arrecadação do governo de forma a cumprir, enfim, a meta zero para o ano 2024.

ANEXO:

Entenda por que o Senado quer restringir poder dos ministros do Supremo

PEC que trata de procedimentos no Supremo deve ser votada nesta quarta-feira. Rodrigo Pacheco fala em 'redução do protagonismo de decisões monocráticas' de ministros da Corte.

Por g1 =22/11/2023 09h57 Atualizado há 19 horas

Está marcada para esta quarta-feira (22) a votação no Senado da Proposta de Emenda Constituição (PEC) que limita os poderes do Supremo Tribunal federal (STF). O texto trata de pontos como pedidos de vista, que passariam a ser limitados a dois por julgamento, declarações de inconstitucionalidade e concessões de medidas cautelares.

De acordo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a PEC visa "discutir e aprimorar o sistema constitucional" e tem como foco a "redução do protagonismo de decisões monocráticas", aquelas decisões tomadas exclusivamente por um único ministro.

Como foi apresentada ainda em 2021, a PEC foi vista por muita gente como continuidade da campanha bolsonarista para desacreditar a Corte. No entanto, há atores fora do campo bolsonarista que se dizem incomodados com o excesso de poder individual de integrantes da Corte.

A proposta foi criticada por ministros do Supremo. Luis Roberto Barroso afirmou que o STF é uma instituição que "vem funcionando bem" e que não vê "razão para se procurar mexer" na sua composição e no seu funcionamento. Gilmar Mendes já disse que emendas constitucionais que "flertem com o enfraquecimento, debilitamento, do STF, são inconstitucionais".

STF interfere em decisões do Congresso? Especialista explica

Incômodo com o mérito de decisões

Em entrevista ao podcast O Assunto, o jornalista Felipe Recondo, sócio-fundador da plataforma Jota e autor de três livros sobre o Supremo, afirma que sempre haverá grupos insatisfeitos com decisões tomadas pelo Supremo. Para ele, o Congresso parece reclamar do mérito de decisões.

"Me parece que o Congresso vem reclamando é do mérito e do que o Supremo tá concluindo nesses processos. Tem mais a ver com a pauta e a direção dos julgamentos do que necessariamente o Supremo estar julgando aqueles casos ou não", afirmou.

Mudanças estão sendo feitas no Supremo

O jornalista lembrou que mudanças já estão sendo feitas pelo Supremo no sentido de reduzir as decisões monocráticas, num movimento que ele chama de "autocrítica" da Corte.

"Fico na dúvida [se a PEC é uma boa medida] porque o Supremo já está avançando nesse sentido, mudando o seu regimento. Estamos falando de um Senado querendo colocar limites muito estreitos, muito rígidos, na Constituição", afirma.

Ele destaca que muitas das alterações previstas na PEC já vinham sendo defendidas, por exemplo, pela academia, por advogados e por alguns membros do STF. "O problema é quando se mistura tudo, se mistura essa necessidade de discussão de mudanças com interesses políticos que me parecem muito diferentes de querer melhorar o processo decisório no Supremo."

'Mitigar poder individual de ministros'

Felipe Recondo também citou outra PEC que tramita no Congresso, que cria mandato de ministro do Supremo e limita o período pelo qual eles podem permanecer na Corte. O jornalista apontou outras possibilidades, como a de aumento da idade mínima para ser ministro do Supremo, o que diminuiria o tempo máximo que ministros podem permanecer na Corte.

"Me parece que o que se quer atacar é o excesso de poder de ministros do Supremo. E um excesso de poder que é individual. E todas as mudanças que estão sendo feitas, seja por esta PEC seja pela mudança no regimento do Supremo, são mudanças que tendem a mitigar esse poder individual e aumentar o poder coletivo", afirma

Editorial Cultural FM Torres RS –

Como ficarão as relações da Argentina com o Brasil

Com 14,4 milhões de votos, o político da ultradireita argentina, Milei, conseguiu 55,69% do total de votos, contra 44,30% do candidato peronista Sergio Massa,

do Unión por la Pátria (11,5 milhões), atual ministro da Economia da Argentina.

Não houve grandes festejos na vitória de Milei, restrita aos seus aliados mais próximos em Buenos Aires. Ele mesmo, no primeiro pronunciamento, já baixo o tom da dicção da campanha, comprovando a velha máxima de que "Campanha é campanha, Governo é governo". A maior parte das promessas "libertárias" de Milei, dificilmente será implantada. Ele não tem base sólida de apoio nem no Congresso Nacional, nem no empresariado, que teme suas aventuras, nem na inteligência argentina, nem na sociedade organizada. Sua vitória foi o resultado, de um lado, pelo cansaço da população diante de uma crise histórica que jogou 40% da população na pobreza, e de outro por uma juventude sem perspectivas, que desconhece as cicatrizes da ditadura militar e não vê mais futuro diante da própria crise. Milei, de resto, um outsider sem lastro partidário de referência, sem equipe confiável aos olhos da complexa e exigente sociedade argentina, deverá ter grandes dificuldades para montar seu Governo, que assumirá dia 10 de dezembro próximo, e coloca-lo à serviço de suas esdrúxulas ideias. É muito possível que vá baixando o tom até o ponto em que se tornará apenas mais um fracassado diante dos desafios argentinos.

Um dos problemas de Milei serão suas relações externas. Já avisou que começará viajando aos Estados Unidos, onde ser converterá ao judaísmo, e depois Israel. Despreza profundamente as ligações da Argentina com o MERCOSUL, com os BRICS e, particularmente com a China, a qual tem não só grandes investimentos no país, como interesses estratégicos, com uma base científico-militar na Patagônia. Mau sinal deu, ontem, sua futura Ministra de Relações Exteriores.

"Principal candidata para assumir o ministério das Relações Exteriores da Argentina, Diana Mondino afirmou que não terá relações com o Brasil nem com a China. "Vamos parar de interagir com os governos do Brasil e da China", disse ela à agência de notícias russa RIA Novosti. O ultradireitista Javier Milei (Liberdade Avança), eleito presidente da Argentina, disse que o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), era "ladrão" e "corrupto". O futuro governante do país vizinho afirmou também que o governo chinês é um "assassino" e que o povo daquele país "não era livre". As redes sociais, entretanto, já começaram a bombardear esta fala descolada dos interesses reais que envolvem a Argentina

Editorial Cultural FM Torres RS – 21 nov 23

Igualdade racial: Lula lança ações e cinco quilombos são titulados = Pacote reúne 13 ações estruturantes

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-11/igualdade-racial-lula-lanca-acoes-e-cinco-quilombos-sao-titulados>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, nesta segunda-feira (20), o segundo pacote do governo pela igualdade racial. O conjunto de 13 ações estruturantes inclui titulações de territórios quilombolas, programas nacionais, bolsas de intercâmbio, acordos de cooperação, grupos de trabalho

interministeriais e outras iniciativas que visam garantir ou ampliar o direito à vida, à inclusão, à memória, à terra e à reparação.

Neste 20 de novembro é celebrado o Dia da Consciência Negra. Em seu discurso, Lula afirmou que as medidas anunciadas são o pagamento de uma "dívida histórica que a supremacia branca construiu nesse país desde que ele foi descoberto". O presidente também homenageou a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado da deputada Benedita da Silva, participa da celebração do Dia da Consciência Negra - Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

"Eu acho que um jeito de homenagear o dia de hoje é colocar uma pessoa que eu tenho um profundo amor, respeito, carinho, uma figura que nasceu na política junto comigo, ajudou a construir esse partido, já foi vítima de dezena de maldades pregadas por esse país, uma mulher que eu conheci na favela, onde morou muito tempo, criou seus filhos, seus netos, uma mulher que ainda hoje continua intacta, mais bela do que quando tinha 40 anos de idade", disse, destacando que a população negra é responsável pela construção e pela identidade nacional do Brasil.

A ministra da Igualdade Racial, Aniele Franco, destacou que um país que enfrenta o racismo e promove a igualdade racial é um país mais desenvolvido, mais justo e democrático.

"Reconhecer e contar a nossa história é um dos pilares da consciência negra. Foi ocupando as ruas e os espaços de poder que os movimentos deram passos necessários para que chegássemos até aqui. Essas sementes foram plantadas para garantir a responsabilidade do Estado da promoção de direitos para as pessoas negras, que somam 56% da população", disse. "Enfrentar o racismo é combater as raízes das desigualdades e da exclusão social", acrescentou, elencando as ações do governo.

O primeiro pacote pela igualdade racial foi apresentado em março, com a titulação de terras, a reserva de vagas para pessoas negras na administração pública, medidas para a redução da letalidade da juventude negra e a criação de grupos interministeriais para elaboração de ações.

Em setembro, em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), o presidente Lula também anunciou a adoção voluntária de um 18º objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) para alcançar a igualdade racial na sociedade brasileira. A Agenda 2030 da ONU possui 17 ODS, e, segundo o presidente, pode se tornar o maior fracasso da entidade.

Titulação de terras

Cinco terras quilombolas foram tituladas hoje, sendo duas delas federais: comunidade da Ilha de São Vicente, que fica em Araguatins (TO) e conta com 55 famílias, e Lagoa dos Campinhos, de Amparo de São Francisco e Telha (SE), com 89 famílias. Os títulos foram entregues pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O Instituto de Terras do Maranhão também entregou três títulos de terra, para a Associação dos Moradores do Povoado Malhada dos Pretos, que conta com 45 famílias, e a Associação dos Moradores do Povoado Santa Cruz, com 50 famílias, ambas de Peri Mirim; e para a Associação da Comunidade Negra de Trabalhadores Rurais Quilombolas de Deus Bem Sabe, do município de Serrano do Maranhão, que tem 80 famílias.

O governo avalia que as medidas contribuem para a valorização e o reconhecimento da cultura quilombola, dos seus modos de vida, dos bens materiais e imateriais, além de resultarem em ganhos para a conservação da biodiversidade e para a estabilidade climática.

Governo anuncia medidas de reconhecimento da cultura quilombola - Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Segundo o Ministério da Igualdade Racial, a insegurança territorial é a principal causa dos conflitos vividos hoje pela população quilombola e está na raiz dos altos índices de violência e precariedade social de muitas comunidades. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que apenas 5% da população quilombola vive hoje em territórios titulados no Brasil.

Nesse sentido, a pasta tem atuado em conjunto com o Incra para que todos os processos de titulação em andamento sigam adiante. A meta é que mais de 1,8 mil processos avancem.

Política nacional

O presidente Lula assinou hoje o decreto que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), que pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios quilombolas, aliando conservação ambiental, efetivação de direitos sociais e geração de renda.

Com uma previsão orçamentária de mais de R\$ 20 milhões, a política deve beneficiar as 3.669 comunidades quilombolas certificadas pelo poder público.

Alguns governos estaduais já anunciaram que vão aderir à política, como Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Juntos, esses estados têm 1.875 comunidades certificadas, que representa 51% das comunidades quilombolas certificadas do país.

Outras ações

Também foi instituído o Programa Nacional de Ações Afirmativas que busca formular, promover, articular e monitorar políticas voltadas para mulheres e pessoas negras, quilombolas, indígenas, ciganas ou com deficiência, com investimento de R\$ 9 milhões.

Foi criado ainda o Grupo de Trabalho Interministerial de Comunicação Antirracista, responsável por criar políticas para uma comunicação mais inclusiva e respeitosa dentro da administração pública. Além de elaborar o Plano Nacional de Comunicação Antirracista, caberá ao grupo propor estratégias de fortalecimento de mídias negras, de promoção da diversidade racial em

publicidades e patrocínios do Estado, de diálogo com a sociedade e veículos de comunicação, de formação para porta-vozes, servidores e prestadores de serviço.

Um acordo de cooperação técnica assinado entre os ministérios da Igualdade Racial e do Desenvolvimento Social reafirmou o compromisso do governo com a construção de uma agenda de combate à fome, à insegurança alimentar e à pobreza, a partir da qualificação de serviços e equipamentos da assistência social. A medida integra o Plano Brasil Sem Fome, que busca promover a equidade de raça e gênero por meio da inclusão socioeconômica e da promoção da segurança alimentar e nutricional.

Primeira Infância Antirracista é o tema do memorando de entendimento que oficializa a intenção do Ministério da Igualdade Racial e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em trabalharem juntos para combater o racismo e atenuar seus impactos na infância de crianças negras, quilombolas e indígenas. As estratégias, a serem criadas e implementadas em cooperação mútua, serão voltadas para a capacitação de profissionais da saúde, da assistência social e da educação, para a realização de seminários e eventos, para a produção de pesquisas, assim como para a disseminação de materiais relacionados a práticas antirracistas nos serviços de atendimento às gestantes, crianças negras e indígenas.

O governo federal destinará R\$ 8 milhões na qualificação do atendimento psicossocial para mães e familiares de vítimas de violência, com a elaboração de protocolo para o fluxo de atendimento e definição de diretrizes para supervisionar a rede socioassistencial. O projeto-piloto ocorrerá na Bahia e no Rio de Janeiro, com apoio de cinco universidades federais: da Bahia, Fluminense, de São Paulo, do Ceará e do Rio de Janeiro.

O segundo pacote de ações pela Igualdade Racial também inclui projeto, executado pelo Instituto Federal do Maranhão, que visa impactar positivamente as comunidades quilombolas de Alcântara (MA), que desde a década de 1980 são expostas a situações de extrema pobreza e violação de direitos. Estão previstos investimentos de R\$ 5 milhões em cursos de capacitação com ênfase em tecnologias sociais para garantia de alimentação e geração de renda, ações de transferência de tecnologia e, ainda, instalação de usinas fotovoltaicas.

O presidente Lula também assinou decreto de reconhecimento do hip hop como referência cultural brasileira, estabelecendo as diretrizes nacionais de valorização da cultura hip hop.

O governo anunciou um investimento de R\$ 4,4 milhões em uma chamada pública de incentivo à produção cultural, economia de axé e agroecologia. A ação é voltada para povos e comunidades tradicionais, quilombolas e ciganos. Serão financiados os projetos que se propuserem a valorizar a cultura desses povos e a produzir representações distintas do que está hegemonicamente estabelecido no imaginário social brasileiro.

A chamada pretende ainda fomentar a agroecologia, reafirmando práticas sustentáveis de desenvolvimento nos territórios, sem perder de vista a preservação da biodiversidade e dos saberes tradicionais. Além disso, serão contempladas iniciativas voltadas à economia criativa, por meio da geração de

renda a partir da cultura de axé, uma forma de valorização da identidade negra e da ancestralidade.

Um acordo de cooperação técnica foi assinado entre o Ministério da Igualdade Racial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a implementação de projetos culturais e ações em prol da preservação e valorização da herança africana, como o fortalecimento das instituições culturais na região da Pequena África e do sítio arqueológico Cais do Valongo, no Rio de Janeiro.

Principal porto de entrada de africanos escravizados no Brasil e nas Américas, o Cais do Valongo é Patrimônio Mundial da Unesco. Estima-se que de 1 milhão de africanos tenham desembarcado ali. Próximo a ele também estão o Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do Depósito, a Pedra do Sal, o Centro Cultural José Bonifácio e o Cemitério dos Pretos Novos. As obras de valorização do Cais do Valongo foram concluídas e o sítio arqueológico será entregue para a comunidade na quarta-feira (23).

Educação e pesquisa

O governo também lançou o Caminhos Amefricanos, um programa de intercâmbios que visa promover o diálogo, a pesquisa, a produção científica, a educação antirracista, as trocas culturais e a cooperação entre Brasil e países da África, América Latina e Caribe. O programa se destina a pessoas pretas, pardas e quilombolas da rede pública de ensino, que estejam regularmente matriculadas em cursos de licenciatura ou sejam docentes da educação básica do Brasil, e a estudantes e docentes de grupos sociais historicamente vulnerabilizados nos países parceiros.

Com um investimento de R\$ 4,5 milhões por ano, e R\$ 22,5 milhões no total, o Caminhos Amefricanos pretende alcançar 15 países ao longo dos próximos cinco anos. A cada edição, 50 bolsistas do Brasil e dez bolsistas do país parceiro serão beneficiados por intercâmbios de 15 dias. Os primeiros países a receberem o programa serão Moçambique, Colômbia e Cabo Verde. O edital de seleção para a primeira edição, que conectará São Luís e Maputo, capital de Moçambique, será lançado amanhã (21). Todas as pessoas beneficiadas terão direito a auxílio de R\$ 24,7 mil para custear deslocamento, diárias, seguro-saúde, solicitação de visto e emissão de passaporte.

O segundo pacote de ações pela igualdade racial inclui ainda investimentos em pesquisa, monitoramento e avaliação de dados.

Uma parceria com o IBGE vai viabilizar um bloco sobre ações afirmativas e gestão dos municípios dentro do âmbito racial em uma das maiores pesquisas do país (a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Munic, e a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, Estadic). Com isso, será possível a coleta de mais dados sobre ciganos, quilombolas, povos de terreiro e uma análise mais assertiva sobre como as políticas públicas têm sido implementadas.

Já o monitoramento em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) permitirá mapear nacionalmente temas pouco debatidos, mas relevantes para embasar políticas, como a assistência de cuidado a pessoas idosas negras ou acidentes de trabalho para pessoas negras.

Outra iniciativa, junto ao Instituto Federal de Brasília, fomentará a construção do Observatório de Políticas Públicas em Igualdade Racial e o fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, que resultará em conscientização sobre os povos de terreiro, oportunidades para jovens participarem de projetos de igualdade racial e criação de novas políticas voltadas para essa pauta.

Edição: Juliana Andrade

[Clique aqui para mais informações sobre a Ouvidoria da EBC.](#)

Editorial Cultural FM Torres RS 20 de novembro 23

Não chores por mim Argentina

Argentina enfrenta piora na economia, mas mantém melhores índices sociais que o Brasil; compare. País vizinho apresenta inflação acumulada de cerca de 120% e pouco mais de 40% da população dentro da linha da pobreza, mas mantém alto índice de desenvolvimento humano.

Encerrou-se o pleito na Argentina com a vitória de Milei, do LIBERTAD AVANZA, com a promessa de inaugurar um novo tempo de capitalismo total, sem qualquer compromisso com o princípio de Justiça Social, alinhado a Trump, nos Estados Unidos, que já o saudou, Israel e ...Bolsonaro, no Brasil, que saudou efusivamente, mas não se encerraram as dúvidas sobre o futuro da Argentina. A maior expectativa do mundo inteiro é que o histrionismo de campanha de Milei, que o assemelhava a um animador de torcida organizada, dê lugar, agora, ao seu governo, menos radical, propriamente "político", sobretudo quanto às medidas econômicas esdrúxulas como dolarização da economia e fechamento do Banco Central. De qualquer forma, a vitória de Milei é um marco na história política da Argentina, com um duro golpe ao peronismo, ao kirchnerismo que o empolgou desde a vitória de Nestor Kirchner e ao alinhamento deste grupo político às consignas que marcaram época na América Latina desde a Revolução Mexicana no começo do século XX: Fortalecimento do Estado como instrumento de transformação estrutural da Economia e promoção da cidadania, o que, na Argentina tomou o nome de Justicialismo. Com Milei, a Argentina se afasta das raízes latino-americanas, lembrando, até outro Presidente, igualmente conservador e ocidentalista da segunda metade do século XIX, Domingo Sarmiento, autor de Facundo, um verdadeiro libelo contra "el gaúcho" do interior, bem ilustrado na obra de outra argentina, José Hernandez: "Martin Fierro". Toda a América Latina, aliás, vive esta contradição entre suas raízes originárias e as superposições que lhe advieram com "los conquistadores" no século XVI e que se prolongam, principalmente nos países do cone sul, com fortes imigrações europeias. O próprio presidente atual, Fernandez, chegou, aliás, a verbalizar esta contradição ao afirmar, há algum tempo: "O México vem dos índios, o Brasil, vem da floresta e nós, argentinos, viemos do mar..." A vitória de Milei, imediatamente reconhecida pelo seu opositor, Sergio Massa, evitou um contencioso que se abriria caso este fosse o vencedor. Milei, seguindo os passos da extrema direita nos Estados Unidos e Brasil, contestaria as urnas e abriria um ciclo de deslegitimação do Governo.

Agora, a deslegitimação poderá advir das ações do governo Milei junto à uma sociedade que tem tradição de resistência e luta. Governará sem apoio nas camadas mais organizadas da sociedade argentina e tentará, talvez, procurar amparo nas Forças Armadas enaltecendo seus feitos na época da ditadura militar. Tampouco dispõe, como no Brasil de uma multidão de conservadores neopentecostais que lhe poderiam respaldar, nas ruas, uma agenda neoliberal. A Argentina, enfim, viverá as contorções, sem "gradualismo" não só entre raízes e superposições culturais, como de ruptura contra o persistente Fio da História que a interligava entre um passado triunfante com Perón e um presente de incertezas mas de garantias sociais aos menos favorecidos. Ou seja, esperam-se "choques": choques na política econômica, nas instituições de Estado, nas ruas...Oxalá não invente, desta vez, um novo inimigo externo, como na guerra das Malvinas, ou Chile, por questões de fronteira. Seria a vez do Brasil...?

No Brasil, a vitória de Milei é vista com cuidado pelo Governo que, ao final da noite de ontem divulgou cuidadosa nota que procura resguardar os laços que unem os dois maiores países da América do Sul com inúmeros acordos que vão da Ciência ao Turismo, passando pelo comércio. A ver:

"Desejo boa sorte e êxito ao novo governo. A Argentina é um grande país e merece todo o nosso respeito. O Brasil sempre estará à disposição para trabalhar junto com nossos irmãos argentinos".

Com efeito, isso é o que todos nós, brasileiros, podemos dizer neste momento: disposição para trabalhar junto com nuestros Hermanos

Editorial Cultural FM Torres RS – 17 nov 23

QUE REPÚBLICA TEMOS TIDO?

Passou o feriado da Proclamação da República e eu fiquei observando na imprensa, na sociedade, na instituições públicas quais as reações diante do feito. Praticamente nada, a não ser uma tradicional manifestação militar aqui em Porto Alegre defronte o Quartel General, com toques de corneta e cantoria da soldadesca dando VIVAS ao Brasil. Nem mesmo a Feira do Livro, ponto de encontro da intelectualidade na capital e que teve no dia 15 seu último dia, teve o cuidado de propiciar um debate público ou lançamento de livro concernente à data. Hoje cedo, porém, recebo um artigo com o título acima, de autoria de Lincoln Penna. Apresso-me a lê-lo. Decepção. Mais uma catilinária sobre as desventuras do regime republicano no Brasil, repetindo, mais ou menos aquele observador da Proclamação no 15 de novembro de 1889, Aristides Lobo: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada". Com tal estado de espírito não é de estranhar que os brasileiros não só desmereçam a importância da Proclamação da República para a germinação democrática e progressista dos princípios que a norteiam, como acabem enaltecendo, na idealização do Imperador D. Pedro II, a monarquia por ele sustentada e que significou o sufocamento do liberalismo jacobino que proliferara nos movimentos pela independência anteriores e posteriores a 1822

- Revolução Farroupilha -, entre eles, como emperrara a economia do país nos limites do modelo primário-exportador-externo. Alguns acadêmicos vão mais longe e chegam a afirmar que houve mais democracia no Império do que no período republicano. Um absurdo. Falam e repetem ad nauseam os detratores da República no Brasil que ela foi um mero ajuste institucional que permitiu aos grandes oligarcas regionais, inclusive gaúchos (!), comandados pelo Café com Leite, assumirem o controle de seus interesses. Desconhecem o "castilhismo". O resultado é um veredito quase disseminado de que tudo não passou de uma manipulação senhorial para manter o Brasil do jeito que sempre foi (e será...!). Consequência: O veredito de que o Brasil é um fracasso, não deu certo. Duas exceções a esta análise: A extensa obra do historiador, general Nelson Werneck Sodré, com ênfase no papel renovador dos militares, cujo auge foi o Florianismo, sintetizada numa coleção denominada a História Nova do Brasil cassada pelo regime militar no golpe de 1964 e o livro do jornalista Jorge Caldeira, hoje ocupante de uma cadeira na Academia Brasileira de Letras: "A História da Riqueza no Brasil". Mas quem os leu neste país de tantos intérpretes e poucos leitores...? Mais recentemente "Paulistas e Gaúchos na construção do Brasil Moderno, Ed. Mottironi, Torres, de autoria de L.R. Peccoits Targa.

O mesmo não acontece na Europa, sobretudo na França, e até mesmo nos Estados Unidos, onde viceja um consciência propriamente republicana. Aqui, volta e meia um manifesto, uma fala solta do Presidente Lula, um artigo do ex governador Tarso Genro, lembram os princípios republicanos, mas a grande maioria das gentes pouco sabe a respeito.

A transição das Monarquias Absolutistas para as Repúblicas foi uma Revolução que sepultou dez mil anos de culto ao direito divino dos reis como fundamento do Poder de Estado, aos quais os súditos acumulavam apenas deveres, em benefício da ideia imortalizada por Lincoln de que o Poder emana do povo, pelo povo e para o povo, aperfeiçoada por Jean J. Rousseu e pelos sucessivos gerações de direitos que consagrariam no século XX a Doutrina dos Direitos Humanos. Essa máxima se complementa com as exigências de construção de uma arquitetura do Estado, concebida por Montesquieu, de separação dos poderes entre Governo x Sociedade Civil, Executivo x Legislativo x Judiciário e Estado Central x Poderes Locais. Foram tão fortes estas aquisições civilizatórias que mesmo sob o impacto das revoluções populares do século XX, países delas emergentes não abdicaram da denominação República: URSS e China. Se tudo isso ainda não foi absorvido pela sociedade brasileira que não percebe os avanços que tivemos no século XX sob regime republicano e continua banalizando-o, é uma pena.

ANEXO

Que República temos tido?

Artigo por RED

EN PT ES

15/11/2023 05:30 • Atualizado em 15/11/2023 01:50

De LINCOLN PENNA*

<https://red.org.br/noticia/que-republica-temos-tido/>

No dia 15 de novembro, há 134 anos, foi instituído o regime republicano no Brasil. Ao refletirmos sobre a sua trajetória cabem algumas indagações quando estamos a registrar mais um ano de existência centenária. A começar pela própria conceituação, a da res publica, ou seja, a coisa pública, que deveria distingui-la de outros regimes, principalmente das monarquias em face das quais as repúblicas se opuseram historicamente.

Esse início de indagações é pertinente por várias razões, dentre as quais a não observância de sua razão de ser, qual seja a de fazer valer a vontade de seus cidadãos sem discriminações, de maneira a nos convidar à questionar o seu funcionamento dado o descompasso entre o seu fundamento etimológico e doutrinário e a sua prática. Nesse sentido, há de se constatar o descolamento dessas experiências republicanas, particularmente a brasileira, da democracia e da austeridade, princípios caros derivados do sentido republicano original.

Na passagem de mais um ano de República no Brasil é preciso que lembremos tratar-se de um fato histórico, sem dúvida, que nos remete necessariamente àquela situação em que o país vivia. Cerca de um ano e alguns meses antes havia sido abolida formalmente a escravidão sem indenização, fato este que levou aos fazendeiros e escravocratas a se tornarem os "republicanos do dia 14 de maio", como dissera Rui Barbosa ironicamente. Logo, em represália à decisão de não serem compensados pela perda de seus plantéis de escravos esses senhores de terra aderiram à República.

Na realidade, para eles tratava-se tão somente de uma nova vestimenta institucional sabedores de que não perderiam os seus privilégios e a influência que sempre exerceram e tenderiam a exercer agora sob o manto de uma nova nomenclatura uma vez que de resto nada implicaria em mudanças substanciais. E nessa aposta estavam certos, haja vista o imenso legado que herdamos de regressões continuadas ao lado de uma modernização conservadora, por isso mesmo.

Em meio aos propagandistas havia os segmentos verdadeiramente republicanos de raiz, aqueles que pretendiam mirar no que ocorrera nos Estados Unidos e na França, neste país em especial, até porque no ano de 1889 estava a se comemorar o primeiro centenário da Revolução Francesa; e, os que ainda sob a influência francesa, mais particularmente do filósofo Augusto Comte e o seu Positivismo, de cunho cientificista, sustentavam um regime unitário e baseado no culto à ciência, estágio ao qual teria chegado irremediavelmente a humanidade, segundo o credo desse movimento político-filosófico fundado no culto ao saber.

Foi na Escola Militar que os ensinamentos do Comtismo chegaram mais efusivamente a contagiar de forma inapelável os cadetes e seus superiores, dentre os quais deve se citar o nome de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, cuja figura terá destaque nos primeiros momentos da Proclamação do novo regime. Essa Mocidade entusiasta pela adoção do regime republicano acabaria arrastando a corporação militar, principalmente o Exército. O

contencioso existente entre o Segundo Reinado e os militares dessa Força Armada derivada da Guerra do Paraguai e seus desdobramentos, bem como dos soldos defasados, agregaria mais adesão ao Movimento Republicano.

Há quem diga e com razão que ao derrubarem a monarquia os militares tendo a frente o Exército e parte da Armada (Marinha) tornaram o regime recém-instalado uma responsabilidade dos militares. Daí, evoluírem as teses segundo as quais desde essa época e, portanto, desde a República que o seu mando é diretamente ou indiretamente exercido pelos comandos fardados ou pelo menos assim é considerado na caserna.

Na própria história republicana brasileira não foram poucas as participações efetivas das Forças Armadas na vida política do país. Estas se alternaram em um tipo de cesarismo progressista, a implantação da República como projeto foi um deles juntamente com a dita Revolução Liberal de 1930, e um cesarismo regressista, tal qual o Golpe de 1964, entre outras tentativas não exitosas.

Essa é uma questão que ainda suscita muito debate. Há quem sustente que os militares monitoram a República no Brasil e que essa forte interferência vai muito além de suas prerrogativas funcionais como instituição de Estado. Um reparo é preciso ser feito. E ele está no instante em que a opção republicana passou a ser também partilhada pela Casa Grande, ou seja, os mesmos senhores de terras que ao aderirem por conveniência à adoção da República passaram a manter inalterada a estrutura herdada pelo novo regime, que ao definir o sistema federativo acabaria por reforçar o já existente mandonismo local, originário e representado pelo coronelismo do conhecimento de todos os que acompanham a República.

Mas, o reparo a fazer é que nos primeiros anos da República sob a presidência militar o embate entre as forças retrógradas dos velhos e permanentes senhores de terras e os militares ciosos de darem um rumo aos princípios fundamentais do regime perduraria até os episódios de Canudos, no Arraial de Belo Monte, abrigo dessa experiência alvo das investidas das tropas governamentais. Este fato ocorrido já ao final da década de 1890 resultou na perda, pelo menos durante algum tempo, do protagonismo militar, em função da ação indiscriminada contra os sertanejos comandados pelas prédicas de Antônio Conselheiro.

Nas expedições enviadas ao interior da Bahia, os soldados foram moralmente derrotados e a vitória militar foi desastrosa para a imagem do militar republicano. Vale lembrar o último capítulo de Os Sertões de Euclides da Cunha é bem significativo de um desfecho lamentável e ao mesmo tempo melancólico para os militares.

Euclides que fora militar e percorreu o cenário da Guerra de Canudos, convencidos inicialmente tratar-se de uma ameaça restauradora, portanto contra a República, deparou-se com a resistência de homens, mulheres e crianças a defenderem dignamente as suas vidas violadas diante da prepotência dos mal orientados soldados. O epíteto consagrador por ele pronunciado tem-se repetido na região, o de que o sertanejo é antes de tudo um forte.

Esses fatos datam já do governo civil de Prudente de Moraes, que ao receber as últimas tropas vindas de Canudos foi alvo de um atentado

perpetrado pelo anspeçada (patente militar abaixo de sargento, já extinta) Marcelino Bispo, segundo o qual teria sido influenciado pelos florianistas, adeptos do segundo presidente da República Floriano Peixoto, que já tinha enfrentado uma verdadeira guerra civil, a chamada Revolta da Armada entre os meses de setembro de 1893 e de março de 1894, e entregou a presidência ao primeiro governante eleito pelo voto de um eleitorado bastante minguado, situação que de resto ocorreu nos pleitos ao longo da Primeira República, já que as mulheres, analfabetos e os praças de pré, isto é, agrupamentos inferiores da categoria militar, que também não tinham direito ao voto.

Com o passar do tempo e a imersão no capitalismo, que a partir da metade do século XX internalizou-se no mundo rural brasileiro, o sentido da coisa pública foi pouco a pouco substituído pelo da coisa privada. Logo, a res publica deu lugar a res privada. Inversão que solapou não apenas o republicanismo como introduziu a lógica do capital a estimular a concentração de renda e a primazia da concorrência de portadores de renda disponível. Logo, devidamente centrada nos investidores de capital e sob a cobertura de uma classe dominante voltada para a ganância do lucro fácil.

Todavia, o passivo da República tem se agigantado em decorrência do desleixo em relação à extensão da cidadania, valor universal para um regime verdadeiramente republicano. A exclusão social implica em fratura exposta desse regime, em virtude de ele apresentar a desigualdade social como um dos grandes obstáculos à fundação efetiva de um regime republicano. Não obstante, tivemos nos anos em que perdurou a escravidão e as organizações tribais de nossos povos originários exemplos de repúblicas, que a despeito das seguidas repressões dos ocupantes colonialistas souberam transmitir às suas gerações o sentido da comunhão fraternal.

No que diz respeito à República que temos desde 1889, o que nos resta a registrar não passa de um longo convívio com essa dívida social que as atuais gerações e por certo as próximas terão de equacionar, sob pena do desmonte da República e seu aniquilamento como um passado não resolvido entre nós. Canudos, talvez sem saber os seus protagonistas, foi uma tentativa de retomada das experiências republicanas dos mocambos e quilombos, assim como das tribos resistentes ao desmonte das várias gerações de um poder exclusivamente voltado para a exploração da terra e dos seres que nela habitavam, resistência a demonstrar que é possível erguer uma comunidade fraternal, a do bem comum.

Sendo assim, ou a República que temos se republicaniza e reencontra-se com seus postulados originais, o que implica na socialização da cidadania; ou estará irremediavelmente sepultada para sempre, pois sem justiça social e a incessante busca da fraternidade universal não será possível resgatar o seu sentido primário, o da coisa pública, de todos e todas em igualdade de condições afim de proverem a sua subsistência irmanados e manterem íntegros os seus sentidos de vida.

*Doutor em História Social; Conferencista Honorário do Real Gabinete Português de Leitura; Professor Aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON); Vice-presidente do IBEP (Instituto Brasileiro de Estudos Políticos).

Pensando mais além de 2024

Ainda não chegamos ao final do primeiro ano do Governo Lula 3 mas já se percebem movimentos que apontam para a futura eleição presidencial em 2024. Aparentemente, persiste a polarização entre Lula e Bolsonaro, mas este está inelegível, enquanto sua projeção continua alta nas Redes Sociais, na Mídia e no espectro político nacional. Lula, de sua parte, anuncia que será candidato à reeleição, embora muitos acreditem ser esta uma atitude mais voltada à desanimar a concorrência precipitada de seus colaboradores do que propriamente uma decisão do atual Presidente. Conspira contra ele a idade e uma certa intransigência que o leva, não raro, a algumas incontinências que revelam uma descontinuidade entre suas ideias e as de algum Ministro. O caso mais patente foi a dicção de Lula que dificilmente teríamos déficit zero em 2024, o que agastou sensivelmente o Ministro Haddad que afinal, conseguiu um entendimento comum que só em março do ano que vem se fará, se necessário, uma revisão da meta fiscal. No caso dos repatriados, Lula foi, também, mais longe do que o Ministro das Relações Exteriores, ao comparar o terror de Israel sobre Gaza ao terror do Hamas no 7 de outubro, enquanto Mauro Vieira fala apenas em "massacre" de Israel sobre os palestinos. Nos bastidores, trava-se, ainda a pugna entre Marina Silva e PETROBRÁS a respeito da exploração de petróleo na Foz do Amazonas. No campo bolsonarista, as tensões não são menores. Há uma clara disputa para ocupação do lugar de Bolsonaro em 2026, à qual concorre a própria Michele Bolsonaro estimulada pelo PL. De qualquer forma, seja pela perspectiva de vitória de Trump nos Estados Unidos ano que vem, seja por uma eventual ascensão de Milei na Argentina, todos são unânimes em reconhecer que a extrema direita continuará forte no Brasil, dificultando a emergência de um liberalismo político de caráter centrista como o exercido pelo PSDB, hoje esfacelado, nos anos 90 e 2000. O que causa estranheza no Brasil é que seja a extrema direita ou sua face mais amena não tenham um claro Projeto para o Brasil. Quanto a isso, porém, é interessante assinalar a tentativa de Ciro Gomes, relativamente isolado no PDT e até mesmo no seu reduto tradicional, o Ceará, de ocupar este espaço de um Projeto Brasil à esquerda de Lula, não poupando críticas disseminadas nas Redes ao Governo Lula. O que querará, enfim Ciro, com isso, depois de perder votos para Simone Tebet na última eleição e sem um Partido para chamar de seu para realizar seus objetivos, tal como fazem Roberto Freira, no Cidadania, e Gilberto Kassab, no PSD. Enquanto isso, lá nave vá e Lula vai conseguindo bons resultados econômicos e políticos em seu Governo, com boa maioria de aprovação nas Pesquisas, sempre na perspectiva de fortalecer a própria governabilidade mas, certamente, de olho na possibilidade de reeditar a Frente Democrática nas próximas eleições, seja quem for o candidato presidencial. Parece ter consciência de que o risco de retrocesso ainda espreita.

Recente Pesquisa, aliás, divulgada no início da semana, assim descreve o panorama:

Com Bolsonaro proibido de ser candidato na próxima contenda presidencial, a direita brasileira busca um nome para enfrentar o lulismo, que pode vir encarnado no próprio presidente Lula ou em algum de seus apontados, como o ministro Fernando Haddad. O fato é que essa direita, para ser competitiva,

precisa de alguém que tenha interlocução com as classes mais baixas. Um fato, no entanto, chamou a atenção na última pesquisa presidencial realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas, no mês de outubro: a inclusão do nome do governador paranaense Ratinho Jr., do PSD. Em um cenário estimulado, com diversas candidaturas, o chefe do executivo do Paraná aparece em empate técnico com Simone Tebet, Sérgio Moro, Ciro Gomes e Romeu Zema e à frente numericamente de Eduardo Leite, Tereza Cristina e Ronaldo Caiado.

A estrela do Governador do Rio Grande, aparentemente, deixou de brilhar depois de suas circunvoluções fracassadas na sucessão nacional ano passado. Internamente, não parece ter conseguido inovar sua Agenda privatista, apesar da ampliação da base de apoio, sendo de se prever grande desgaste diante de sua proposta de elevar ainda mais o já alto ICMS. Ainda não refez, na verdade, do susto que passou diante da performance estadual do PT nas últimas eleições, que quase o retira do segundo turno.

Editorial Cultural FM Torres RS – dia 14 novembro

O mundo à beira de uma catástrofe ambiental?

XX

Boletim Eco Debate: Cientistas alertam para a possibilidade de colapso social e ambiental/ Relatório “The 2023 State of the climate report: Entering uncharted territory”, assinado por mais de 15 mil cientistas de 163 países diz que estamos entrando em um “território desconhecido” e preocupante –

XX
XXXXXXXXXX

A Conferência Rio 92, há 31 anos, no Rio de Janeiro, foi um marco da consciência ambiental no planeta. Ali se reuniram mais de uma centena de Chefes de Estado, ao lado de inúmeras organizações da sociedade civil atuantes sobre o meio ambiente, e subscrevem a AGENDA 21 que deveria impulsionar uma nova visão sobre os processos de desenvolvimento, até então, marcados pela obsessão produtivista que acabou se refletindo não só no clima, pela emissão de gases poluentes produtores do efeito estufa na atmosfera, como pela degradação ambiental e social em várias partes do mundo, com reflexos na desertificação de solos, morte de rios, favelização das grandes cidades etc.

Três elementos deveriam compor a sustentabilidade preconizada: economicidade, justiça social e defesa ambiental. Sob este novo conceito- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL- reuniam-se duas correntes de pensamento com a esperança de dar um novo impulso civilizatório à humanidade: O progressismo, responsável pelas profundas transformações nas técnicas de produção e relações sociais nos últimos 200 anos de industrialização acelerada, que havia propiciado o salto populacional de menos de 1 bilhão de pessoas para algo em torno de 7 bilhões, e o conservacionismo, muitas vezes confundido com regressismo, responsável pelas abnegados defensores dos recursos naturais do planeta, criadores, em vários países de parques que viriam, contemporaneamente compor o que denominamos genericamente como unidades de conservação. Importante passo adiante sobre a sustentabilidade foi a realização das Conferências sobre o Clima, destacando os riscos de

atingirmos 2 graus acima do nível anterior à modernização industrial, visto que isso poderia deflagrar uma cadeia irreversível de mudanças climáticas e perdas de biodiversidade. Neste processo, os países ditos desenvolvidos se comprometiam, com graus variados de comprometimento, a iniciar um processo interno de descarbonização de suas economias, ao tempo em que entregariam recursos suficientes aos países menos desenvolvidos para que estes se adaptassem, também, aos requisitos da sustentabilidade. Passou o tempo, elevou-se consideravelmente a consciência ambiental no planeta, mas, lamentavelmente, muito pouco do que se previu no Rio 92 e subsequentes Conferências Mundiais dele decorrentes, realmente ocorreu. Neste semana, cientistas divulgaram novo Relatório, alarmante, sobre os riscos de uma grande catástrofe ambiental. A estes problemas estruturais de uma economia predatória da natureza, somam-se, neste ano, os ciclos oceânicos, como El Niño, produzindo seca inusitada na Amazônia, com riscos de incêndios no cerrado e no pantanal, e intermitentes ciclones no sul do país, destruindo cidades, plantações e infra estrutura num nível jamais visto. No Rio Grande do Sul, com economia fortemente associada ao campo, as perdas apontam para novas perdas no seu PIB com provável perda de posição do Estado no ranking nacional. Tempo, pois, de se renovarem as advertências e de se chamar a atenção não só para mudanças estruturais nas maneiras de pensar a agir sobre a produção de nossos espaços, como também de criar nova mentalidade, principalmente nos Municípios, de prevenção de desastres ambientais. O litoral brasileiros, mercê da valorização de seu território pela especulação imobiliária, seja para novas habitações de classe média, seja para a criação de projetos turísticos, vem sendo uma das áreas mais atingidas pelas catástrofes meteorológicas, merecendo, especial atenção da sociedade organizada. Pequenas cidades, sem grande capacidade de resistência política, acabam à mercê de uma verdadeira pirataria política que subverte suas tradicionais forças internas transformando-se em presas fáceis da especulação imobiliária. Notícia de ontem dá conta que a Justiça determinou a demolição, no litoral de S.Catarina, de um prédio de 36 andares. Recente Audiência Pública levada a efeito na ALERGS trouxe à público graves problemas na ocupação de nosso litoral norte. Tempo, portanto, de abrir os olhos, voltando-os para os imperativos da sustentabilidade e da boa política. O progresso, enfim, já não é um pacote que se impõe sobre a sociedade ao preço da destruição de seus sonhos e qualidade de vida a longo prazo, mas um processo envolto pela compreensão de sua complexidade e efeitos sobre as gerações futuras.

XX
XXXXXXX

Anexo

Paulo Sérgio Pinheiro: Tragédia no litoral norte de SP escancara a espolição fundiária e o apartheid dissimulado da elite branca - 14/03/2023 -

FacebookTwitterWhatsAppTelegramLinkedInEmail -
<https://www.viomundo.com.br/denuncias/paulo-sergio-pinheiro-tragedia-no-litoral-norte-de-sp-escancara-a-espoliacao-fundiaria-e-o-apartheid-dissimulado-da-elite-branca.html>

Tragédia no litoral norte - Espolição fundiária e apartheid

Por Paulo Sérgio Pinheiro*, em A Terra é Redonda

Diante da tragédia nas praias do Litoral Norte, especialmente na praia do Sahy, em São Sebastião, em todo o estado de São Paulo se alevanta um surto de solidariedade com os sem poder, inexistente em tempos normais. O que é humanitariamente necessário e justificado.

As principais vítimas são as comunidades tradicionais, pobres e negros que moram nas áreas de maior risco, como nas encostas dos morros e favelas à beira de estradas.

Estamos conscientes, afinal, da esteira aparentemente inexorável da mudança climática e da fragilidade da proteção do meio ambiente no Brasil.

Estamos cansados de saber, como Carlos Nobre nos lembrou numa memorável entrevista ao jornal Valor econômico, em 23 de fevereiro de 2023, que 10 milhões de brasileiros vivem em área de deslizamentos e enxurradas, sendo dois milhões em área de altíssimo risco. E que 40 mil áreas de risco já foram mapeadas em 825 municípios, sendo urgente a intervenção do Estado nessas áreas.

Também estamos informados dos esforços em prol de uma justiça climática, visando garantir justiça para a população vulnerável aos impactos das mudanças climáticas que geralmente é esquecida: pobres, mulheres, crianças, negros, indígenas, imigrantes, pessoas com deficiência e outras minorias marginalizadas em todo o mundo e especialmente aqui no Brasil.

Levando esses elementos em conta, persiste a questão: por que, não apenas no Litoral Norte de São Paulo, mas igualmente nas regiões do Sul e Sudeste e no litoral do Nordeste do Brasil, as comunidades tradicionais, as caiçaras, pescadores e seus descendentes escolhem morar em áreas de risco, sendo assim as principais vítimas dessa tragédia?

Além de se promover políticas de proteção ao meio ambiente e de justiça climática, temos de levar em conta que nos últimos trinta anos, dado patético pois coincidente com o regime constitucional democrático de 1988, se aprofundou uma espoliação fundiária no litoral brasileiro.

Promovida por largos contingentes predatórios da elite branca – “ranzinza, medíocre, cobiçosa”, como dizia Darcy Ribeiro – que expropriou a preço de banana as pequenas propriedades das comunidades tradicionais, caiçara e pescadora.

Na mesma direção foi a onda de apropriação ilegal de praias, de áreas protegidas, não apenas para residências secundárias individuais, mas também para hotéis, resorts, condomínios e clubes, convalidadas por decisões corruptas de câmaras de vereadores e prefeitos, muita vez amparadas pela Justiça, pondo em risco a vida daquelas populações e o meio ambiente.

Os brasileiros que antes tinham alguma condição de subsistência, por exemplo, com a pesca e a pequena lavoura, foram obrigados a ver suas mulheres, filhas e filhos condenados ao emprego doméstico com salários vis em residências suntuosas construídas em terrenos ilegais e a trabalhar nas empresas ligadas ao turismo.

Mas, além da visão macro dessa situação odiosa, urge estreitarmos o foco e ver como são tratados esses trabalhadores e suas famílias.

Em todos os condomínios se consolidou um apartheid no qual os proprietários brancos contratam empresas privadas de segurança para vigiar e controlar o cotidiano desses trabalhadores, em sua imensa maioria negra.

Como pude verificar num condomínio em Angra dos Reis, na guarita os trabalhadores precisam apresentar documentos na entrada e terem revistados na saída suas bolsas e sacolas. Os proprietários e hóspedes brancos não são sujeitos à mesma exigência.

Nesse mesmo condomínio, num passeio no litoral, o barqueiro, com muito orgulho, me mostrava as mansões de novos ricos, construídas ilegalmente em áreas protegidas, impunidade assegurada para seus crimes ambientais.

Um condomínio na praia de Laranjeiras, perto de Paraty, que ocupa 1.130 hectares, 80% dos quais em áreas protegidas, dura 40 anos, marcados por ameaças e restrições de passagens aos moradores.

Como demonstraram Isabel Menon e Henrique Santana em matéria publicada no jornal Folha de S Paulo, em 27 de fevereiro de 2022, hoje, o maior problema entre os caiçaras é a restrição da passagem.

Condôminos, funcionários e moradores da Vila Oratório, dentro do condomínio, podem passar a pé para acessar as praias. Mas quem vive mais afastado nas praias do Sono e Ponta Negra, cuja principal fonte de renda é o turismo, não pode.

Para caiçaras e turistas, resta pegar uma van que faz o trajeto entre a marina do condomínio e o ponto de ônibus, das 8h às 18h.

Para chegar até a van, a maioria faz o trajeto via lanchas, que dura de 15 a 25 minutos – devem ficar esperando a lancha dentro de um chiqueirinho guardado por policiais armados.

Face a esses abusos, organizações de defesa de direitos humanos das populações espoliadas precisam ser amparadas nas lutas pela justiça de transição, o Estado assegurando a defesa de seus interesses, aumentando a construção de moradias, intervindo nas áreas de risco.

Ao mesmo tempo, as práticas racistas e discriminatórias que continuam a prevalecer no apartheid dissimulado nas praias ocupadas ilegalmente, nos condomínios, nos hotéis e resorts de todo o litoral brasileiro, devem ser investigadas e reprimidas pelas polícias, processados e julgados seus responsáveis.

*Paulo Sérgio Pinheiro é professor aposentado de ciência política na USP; ex-ministro dos Direitos Humanos. Autor, entre outros livros, de Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935 (Companhia das Letras).

Editorial Cultural FM Torres RS 13 de novembro 23

Nova lei dos PMs: atualiza legislação de 1969; saiba o que muda

~~~~~\*\*\*\*

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/10/ouvidorias-militares-manifestacoes-politicas-atuacao-ambiental-entenda-as-polemicas-da-nova-lei-dos-pms.ghml>

~~~~~\*\*\*\*

Ouvidorias militares, manifestações políticas, atuação ambiental: entenda as polêmicas da nova lei dos PMs

Texto aprovado pelo Congresso dá respaldo à criação de ouvidorias subordinadas aos comandantes das polícias, e não a civis; à participação de agentes em manifestações, ainda que sem farda; e à ampliação da atuação na área ambiental. Relator avalia que Lula deve vetar pontos.

Por Isabel Seta, Arthur Stabile, g1 — São Paulo - 10/11/2023 06h01

Entenda as polêmicas da nova lei dos PMs

O Congresso Nacional aprovou na última terça-feira (7) a lei orgânica nacional das PMs e dos Corpos de Bombeiros. O texto atualiza a legislação nacional sobre o tema – a atual é de 1969, editada durante a ditadura militar. Agora, o presidente Lula (PT) analisará se sanciona ou veta (total ou parcialmente) o texto.

A nova lei possui pelo menos três pontos polêmicos que podem ser alvo de veto, segundo o próprio relator, o líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (PT-ES). São eles:

Ouvidorias militares: a lei possibilita que as PMs de cada estado criem ouvidorias próprias subordinadas aos comandantes das tropas – hoje, as ouvidorias são civis, em geral.

Manifestações políticas: a lei proíbe que policiais e bombeiros em atividade se manifestem politicamente usando farda ou símbolos da instituição. Para Contarato, isso pode ser contrário à Constituição.

Atuação na área ambiental: permite que a PM atue de forma ostensiva na "proteção ambiental", lavre autos de infração, aplique sanções e penalidades administrativas. Também possibilita que os policiais militares exerçam "por meio de delegação ou de convênio outras atribuições" na área de prevenção e repressão a atividades contra o meio ambiente.

Leia, abaixo, como foi a tramitação e, também, sobre os seguintes pontos da lei:

Participação em eleições

Cota feminina

Comando da PM

Inteligência e contrainteligência

Formação em direito

Relatório de transparência

Como foi a tramitação

O texto foi apresentado pela primeira vez em 2001, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, mas por anos não avançou no Congresso.

No final de 2022, foi aprovado na Câmara dos Deputados, tendo como relator Capitão Augusto (PL-SP), integrante da Bancada da Bala. Na ocasião, deputados retiraram o ponto mais polêmico do texto, que previa que as PMs poderiam tomar decisões sem aval dos governadores.

Na terça (7), foi aprovado pelo Senado em votação simbólica, sem registro nominal dos votos dos senadores, com votos da base do governo e da oposição.

Especialistas consultados pelo g1 dizem que o texto deveria ter tido um debate amplo com a sociedade sobre o projeto, dada a importância do tema.

"Mal houve audiência pública [apesar de não serem obrigatórias, são uma oportunidade para que as vozes da sociedade sejam ouvidas]. A quem serve essa lei? Essa lei, do ponto de vista corporativo, da instituição, é ótima. Ela atende os interesses da categoria", diz Adilson Paes de Souza, tenente-coronel da reserva da PM de São Paulo.

No Senado, o texto passou por quatro audiências públicas. Durante a tramitação na Câmara, foi realizado um fórum com representantes das entidades policiais.

"O que nós temos no país é PMs e Corpos de Bombeiros vinculados ao AI-5", afirmou ao g1 o senador Fabiano Contarato (PT-ES), em referência ao Ato Institucional Nº 5, o mais autoritário da Ditadura Militar, que está expresso no Decreto-Lei 667, de 1969, que reorganizou as polícias militares e os corpos de bombeiros e era, até agora, a principal legislação federal sobre o assunto.

Contarato disse, ainda, que o projeto foi "amplamente debatido" pela sociedade e aprovado na Câmara dos Deputados "por unanimidade", incluindo apoio dos partidos progressistas. "[O projeto] Veio para o Senado com uma limitação de que não haveria alteração de mérito, porque senão voltaria para a Câmara dos Deputados", disse Contarato.

Polêmica 1: Ouvidoria militar

A lei aprovada que as corporações podem criar "ouvidoria subordinada diretamente ao comandante-geral". Hoje, no geral, as ouvidorias são vinculadas às Secretarias de Segurança Pública ou funcionam de maneira independente. Com a mudança, novas ouvidorias criadas pelas PMs passam a responder ao chefe da corporação que elas fiscalizam.

Para especialistas, uma ouvidoria militar pode ser um problema não só para a transparência e para a prestação de contas, mas também para os próprios policiais que queiram denunciar abusos sofridos internamente na corporação.

"A partir do momento que eu tenho uma ouvidoria subordinada ao comandante-geral, me parece que não é possível fazer cobrança, monitoramento, acompanhamento, avaliação de uma forma mais crítica em nome da sociedade. Como a população vai ter acesso a essa ouvidoria para relatar abusos cometidos pela polícia se esse órgão estará vinculado a própria polícia? Foi uma porta fechada de participação da sociedade. É um retrocesso, não combina com democracia", diz o tenente-coronel da reserva da PM de São Paulo Adilson Paes de Souza.

A visão é compartilhada por Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz.

"Quando a gente estabelece um texto que subordina ao comandante geral, a gente tira a natureza de controle externo da ouvidoria. É muito grave essa mudança. E ela é confusa: ela não diz que vai substituir as ouvidorias que existem. De repente, pode até conviver com a ouvidoria atual. Ainda que não diga que ela acaba com o modelo de controle externo, esse modelo proposto de ouvidorias subordinadas aos comandantes no mínimo enfraquece [o controle externo]."

Segundo o relator do texto no Senado, Fabiano Contarato (PT-ES), a lei não impede que as secretarias de segurança pública ou que os governos estaduais continuem tendo suas próprias ouvidorias, ainda que veja o trecho como um ponto sensível que pode ser vetado pelo presidente Lula.

Polêmica 2: manifestações políticas

O artigo 19 da lei proíbe que militares em atividade manifestem, publicamente ou pelas redes sociais, opiniões "político-partidárias" usando "farda, patente, graduação ou símbolo da instituição militar". Veda, também, uso de imagens que mostrem "fardamentos, armamentos, viaturas, insígnias ou qualquer outro recurso que identifique o vínculo profissional com a instituição militar".

Para Contarato, esses pontos são contrários à Constituição, que garante a livre manifestação de pensamento, e também podem ser vetados.

Já o artigo 20 afirma que militares (bombeiros ou policiais) não podem comparecer "fardados" a eventos "político-partidários", dando a entender que PMs em atividade poderão frequentar esse tipo de manifestação ou se manifestarem em redes sociais, desde que não estejam fardados ou usem símbolos das corporações.

"É fora de propósito e legaliza a politização da PM. Isso não é aceito em instituições militares", analisa Rafael Alcadipani, integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e professor da Fundação Getúlio Vargas especializado em organizações policiais.

Polêmica 3: atuação ambiental

A lei regulamenta o envolvimento das PMs em ações ostensivas "com vistas à proteção ambiental", possibilitando, por exemplo, que os policiais lavrem "autos de infração ambiental" (algo já permitido para as polícias militares ambientais).

O texto, entretanto, autoriza também que as PMs exerçam "por meio de delegação ou de convênio, outras atribuições na prevenção e na repressão a atividades lesivas ao meio ambiente".

Essa redação ampla abre margem para que os policiais atuem em outras frentes na área ambiental.

"O que isso significa exatamente? A PM poderá fazer licenciamento? Emissão de guia de importação e exportação?", questiona o tenente-coronel Adilson Paes de Souza.

Contarato, relator do texto, lembra que hoje órgãos de fiscalização ambiental sofrem com falta de pessoal e que há cerca de 300 servidores para fiscalizar todo o país. "Só a polícia militar ambiental tem mais de 8 mil servidores", diz ele. "Mas isso também pode ser objeto de veto, é um ponto sensível", afirma o senador.

Confira outros pontos da nova lei das PMs e o que dizem os especialistas:

Participação em eleições

A nova lei, caso sancionada, autoriza que PMs que estejam há mais de 10 anos em serviço façam campanha eleitoral para cargos políticos de farda. Pela regra, o policial só passará à reserva remunerada se for eleito. Se o militar tiver menos de 10 anos de serviço, será afastado da ativa no dia seguinte ao registro da candidatura.

Gabriel Sampaio, diretor da ONG Conectas, considera que o projeto perdeu a oportunidade de acabar com o que chama de "porta giratória" entre a corporação e a política partidária.

"Foi a perda de duas oportunidades importantes: a primeira, incidir em uma regra mais rígida no que tange à participação em eleições e um afastamento em um período maior e não apenas aquele que vale para todos os servidores públicos; também foi a perda de oportunidade para uma regra mais rígida em relação ao eventual retorno daqueles que gozam de mais de 10 anos de serviço militar", afirma Sampaio.

Cota feminina

A lei estabelece que "fica assegurado, no mínimo, o preenchimento do percentual de 20% das vagas nos concursos públicos por candidatas do sexo

feminino, na forma da lei do ente federado, observado que, na área de saúde, as candidatas, além do percentual mínimo, concorrem à totalidade das vagas".

Para Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, a redação do texto dá margem para que concursos sejam abertos com apenas 20% das vagas para mulheres, transformando o que seria um piso em um teto.

O senador Fabiano Contarato afirma que o que se buscou com a lei não foi o estabelecimento de teto, mas sim de um mínimo de participação feminina, e que foi uma reivindicação da bancada feminina.

Comando da PM

A nova lei aprovada no Congresso determina que os comandantes das Polícias Militares responderão diretamente aos governadores dos estados, o que desobrigaria, na visão de especialistas, os estados a terem Secretarias de Segurança Pública que englobem a PM e a Polícia Civil.

Para Rafael Alcadipani, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, a mudança vai além do que existe na prática. Já há estados que não possuem secretarias, como o Rio de Janeiro, mas a nova lei amplia essa possibilidade.

"A coisa do comandante-geral responder ao governador é um passo muito além [do que já existe]. Porque dá guarida legal para os estados acabarem com as secretarias de segurança pública e tira a possibilidade de o poder militar estadual estar submetido ao poder civil, algo que muita gente das PMs nunca aceitou", diz Alcadipani.

Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, avalia como um retrocesso.

"É repetir o modelo do Rio de Janeiro, de descoordenação. Por mais que você diga que irá reforçar, valorizar as polícias, você não tem um comando único para pensar, por exemplo, os princípios do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública). O governador não tem tempo de fazer o gerenciamento cotidiano".

Contarato afirma que é uma prerrogativa dos governadores estabelecer, ou não, uma secretária de segurança pública, e que o texto não muda o regime que já existe hoje.

Ações de inteligência e contrainteligência

O artigo 10 da lei orgânica prevê que as polícias militares possam "produzir, difundir, planejar, orientar, coordenar, supervisionar e executar ações de inteligência e contrainteligência". O texto não detalha quais critérios para tais ações ou se haveria necessidade de autorização judicial para execução de tais planejamentos e execuções para "neutralizar ilícitos e ameaças de qualquer natureza que possam afetar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio", como diz a lei.

Para Gabriel Sampaio, da Conectas, essa redação pode causar problemas na prática.

"Esse dispositivo, de fato, preocupa e externamos ao longo da tramitação do projeto. Era muito importante que a lei oferecesse parâmetros de controle de atividades como as que estão destacadas aqui que, por sua definição, têm um conteúdo muito amplo. Simplesmente citar que direitos e garantias serão observados sem oferecer parâmetros, deixam a atividade de inteligência sem efetivo controle, seja administrativo, social ou externo, e sem a devida prestação de contas."

No entanto, delegados da Polícia Civil e da Polícia Federal ouvidos pelo g1 avaliam o trecho como um avanço, capaz de colocar "cada um no seu quadrado" ao delimitar o que a Polícia Militar pode fazer.

"As ações de inteligência serão delimitadas finalmente para atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública e apuração de crimes militares (não mais de crimes comuns), observando os limites e restrito às competências constitucionais e legais das Polícias Militares – justamente para evitar o choque de atribuições. Portanto, as duas leis vão justamente pacificar conflitos e problemas relacionados às lacunas legislativas hoje existentes", afirma Rodolfo Queiroz Laterza Presidente da Adepol (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil).

O entendimento é o mesmo da presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol), Tânia Prado. "A contra inteligência em geral tem a ver com as condutas dos próprios servidores (monitorar se há infiltrados do crime nas corporações, por exemplo). Essa norma nova não alarga as atribuições da PM nem ameaça as da Polícia Civil", analisa.

Formação em direito

A nova lei cria a exigência de que os PMs que assumirem funções de comando (como chefia, direção, administração superior, entre outros) tenham bacharelado em Direito. Neste trecho há duas análises: de que é uma vantagem de ter profissionais com o conhecimento da lei em posições de destaque, e de que é um problema, pois os policiais poderiam buscar atribuições que seriam da polícia civil.

O tenente-coronel Adilson Paes de Souza avalia a previsão de forma positiva:

"Eu acho isso uma vantagem, porque a carga horária do curso de formações de oficiais é muito baseada em matéria de direito e boa parte da atividade policial é feita em cima de interpretação da lei. Eu não vejo como uma desvantagem, talvez poderia se pensar como agregar outras matérias, para além da formação em Direito", diz.

Já Rafael Alcadipani, professor da FGV, vê como um possível problema.

"Existe uma disputa para eles [PMs] poderem ter aquilo que se chama de ciclo completo e os PMs terem acesso, digamos, à essa parte jurídica da persecução criminal, que não faz parte da Polícia Militar. É uma polícia que cada vez menos a gente controla querendo ter cada vez mais atribuições. Acho que esse é o pano de fundo da questão do Direito [dentro da Lei Orgânica das PMs]", afirma.

Um ponto positivo avaliado pelo tenente-coronel da reserva Adilson Paes de Souza e por Carolina Ricardo, diretora-executiva do Sou da Paz, é a previsão de que o comandante-geral assegure a divulgação pública de um relatório anual sobre:

Representações recebidas e apuradas contra membros da instituição, o tipo de procedimento apuratório e as sanções aplicadas;

Número de ocorrências policiais atendidas, por tipo:

- Letalidade e vitimização de policiais
- Letalidade e vitimização de civis

Orçamento previsto e executado

"Não são todos os dados que nós gostaríamos [que fossem disponibilizados], mas ter essa obrigatoriedade para todas as PMs de apresentar um relatório dessa natureza é positivo", afirma Ricardo.

Editorial Cultural FM Torres RS – 10 novembro 23

A QUESTÃO DO DÉFICIT PÚBLICO

A discussão sobre o déficit público não é nova, nem no Brasil, nem no mundo acadêmico. Ela atravessou, praticamente, todo o século XX. O pensamento econômico, até meados da década de 30, condenava os excessos de gastos governamentais e, mesmo diante das sucessivas crises que abalavam as economias de mercado, recomendava cautela do Governo, sempre na expectativa de que a mão invisível do mercado, operasse o saneamento indispensável à reconstituição do pleno emprego. A gravidade, porém, da crise posterior ao crash do outono de 29, arrastando multidões ao desemprego, numa conjuntura em que ideias revolucionárias animavam rupturas políticas, abre caminho para uma mudança radical nos métodos de governança no mundo ocidental. Graças a obra de J. M. Keynes, que advertia para a possibilidade de intervir na crise com a manipulação do déficit público como alavanca sobre as lacunas da demanda efetiva, abrimos uma nova etapa na história: O Capitalismo Regulado. Com efeito, aí desabou a fé na naturalização do mercado e se abriram caminhos para o reconhecimento tanto de forças corporativas, como Sindicatos, como de instituições governamentais que acabaram conduzindo ao que se denominou Pacto Social-Democrata, embora a ele tenham aderido também Liberais e até Comunistas, gerando uma era de meio século de grande prosperidade no centro do mundo e relativa paz social. Quando chegamos nos anos 70/80 do século passado, com o agravamento das tensões internacionais da Guerra Fria, acossadas pelo acirramento da concorrência internacional que já havia exigido a desvinculação do dólar ao padrão ouro, este modelo de governança começa a perder espaço para um retorno aos primórdios do liberalismo. Despontam os Governos Thatcher e Reagan como novos modelos de inspiração, fortemente ancorados na crença

nos "mercados" como reguladores da economia. "Governo é problema, não solução", proclamava o reagonimcs e "There is no Alternative – TINA – ", bradava a Sra. Thatcher. Desde então uma tempestade liberal sacode o mundo e acaba se convertendo num conjunto de regras conhecido como "Consenso de Washington", em 1989, aos quais, instituições financeiras globais e governos deveriam se ajustar. Daí o retorno do debate sobre Déficit Público, que hoje divide economistas entre Ortodoxos, que seguem este "Consenso", e Heterodoxos, que ainda se guiam por princípios keynesianos que vêem na gestão do déficit público um poderoso instrumento de governança com vistas à promoção de mudanças estruturais da economia, construção da cidadania e sustentação de princípios democráticos. No Brasil atual, o tema veio à tona com a divergência entre Lula e Haddad sobre o déficit zero, expressão do amplo caráter das forças de sustentação do atual Governo. Lula, ao defender um pequeno déficit como garantia de investimentos indispensável a retomado do crescimento e do emprego, nada tem de retrógrado, nem, necessariamente Haddad, de conservador. Alimentam, com suas divergências, um debate inevitável. Cabe à sociedade, avaliar este debate e se pronunciar, sem preconceitos, muitas vezes alimentado pela Mídia Corporativa conservadora, se posicionar. Abaixo, um artigo que ajuda a ilustrar este debate.

Anexo

A falácia do déficit zero."Sempre que alguém anunciar acabar com a "gastança" e liminar os dispêndios "ineficientes", certeza de que a meta é promover a redução dos gastos "primários"

Paulo Kliass - <https://www.vermelho.org.br/coluna/a-falacia-do-deficit-zero/> - 07/11/2023

Em primeiro lugar, convém esclarecermos alguns entendimentos básicos relativos aos conceitos que transitam no debate atual que os grandes meios de comunicação, e mesmo os representantes do governo, promovem a respeito da política fiscal. Na verdade, a grande imprensa permanece com a mesma postura conhecida de defesa intransigente dos interesses do financismo. Assim, abrem suas páginas e telas para criticar a postura do Presidente Lula e para elogiar a conduta conservadora de seu Ministro da Fazenda.

Ora, é forçoso reconhecer que a expressão "déficit zero" é uma contradição em termos. Caso estejamos tratando da questão fiscal e de um eventual resultado das contas públicas, só existem 3 cenários possíveis. São eles: i) déficit, quando as despesas são maiores que as receitas; ii) superávit, quando as receitas superam as despesas; iii) equilíbrio, quando receitas e despesas se equivalem e, aí sim, o balanço é igual a zero. É interessante observar que a expressão utilizada não seja "superávit zero". Na verdade, trata-se de mais etapa na eterna cruzada do financismo contra qualquer tipo de déficit. Mas, enfim, ambas expressões incorrem em erro conceitual e certamente receberiam pontuações negativas caso fossem utilizadas por estudantes na prova do ENEM.

Em segundo lugar, é fundamental lembrar que a utilização dos conceitos de déficit fiscal e superávit fiscal vem geralmente acompanhada de um adjetivo muito especial e particular – primário. No entanto, esta singela palavrinha que acompanha a expressão carrega um significado fundamental e quase nunca explicitado. Afinal, por que não se busca simplesmente o

“superávit fiscal” e sim o “superávit fiscal primário”? Esta é uma malandragem que data de mais de 4 décadas, quando os países do Terceiro Mundo estavam envolvidos com uma de suas recorrentes crises no Balanço de Pagamentos e não conseguiam cumprir com as obrigações de suas respectivas dívidas externas.

Austeridade fiscal e superávit primário: origens da malandragem.

Naquele processo de renegociação das dívidas contraídas pelos governos junto aos bancos internacionais privados, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais organizações multilaterais intervieram. Os compromissos junto à banca privada foram assegurados e novas dívidas foram restabelecidas. Porém, a partir daí houve a exigência de contrapartidas por parte dos governos, com o lançamento dos planos de ajuste estrutural, que depois ficaram conhecidos como as diretrizes do “Consenso de Washington”. Estavam no nascedouro as políticas de privatização, de liberalização e de austeridade fiscal.

Para o que nos interessa no momento, surgem ali as cláusulas de obtenção de superávit primário nas contas da política fiscal por parte dos governos. Mas por que tal exigência? Tratava-se de introduzir uma artimanha na contabilidade pública, de forma que por essa nova definição as “despesas primárias” seriam todos os gastos públicos com exceção dos dispêndios financeiros. Assim, ao exigir superávit primário nas contas públicas, o resultado seria a obtenção de um saldo positivo entre receitas e despesas não-financeiras. Por meio deste artifício, os governos estavam assegurando à comunidade financeira internacional o seu compromisso expresso de que haveria recursos sobranes para honrar as obrigações com os juros da dívida pública externa. Segundo os termos do economês, não haveria mais risco de “default” do serviço do endividamento.

Pois o fato concreto é que este raciocínio e essa terminologia terminaram por serem incorporados à legislação brasileira, bem como às práticas da tecnocracia que se ocupava de tais assuntos no interior da máquina pública. Um exemplo bem objetivo foi a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, tal como ficou conhecida a Lei Complementar nº 101, de 2000. O governo brasileiro, à época da Presidência de Fernando Henrique Cardoso, cumpriu com seu “dever de casa” e introduziu em nossa estrutura legislativa o espírito da austeridade fiscal. Além disso, por meio de tal mudança também passou a criminalizar tudo aquilo que não fosse considerado como ato integrante das boas práticas da “responsabilidade” no trato das contas públicas.

Despesas financeiras sem controle nem teto: acumulado de R\$ 9 trilhões.

De lá para cá, o dogma da austeridade fiscal se consolidou como regra de todos os governos, independentemente de sua orientação político-ideológica. Desde que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) passou a divulgar suas estatísticas oficiais regulares a esse respeito, os valores destinados ao pagamento dos juros da dívida pública cresceram de forma exponencial. Entre janeiro de 1997 e setembro do presente ano, por exemplo, o montante acumulado atinge a cifra de R\$ 8,8 trilhões. Uma loucura! Mas ao longo do mesmo período não se viu, em um único momento sequer, a ponderação de que talvez o montante de recursos para despesas com juros fosse elevado e quiçá fosse necessário contingenciar seus valores, renegociar

prazos de pagamento ou mesmo estabelecer um teto para esse tipo de gastos. Nunca! Essa atitude seria considerada uma heresia. Afinal, governos responsáveis não poderiam promover uma ruptura de contratos, quebra de confiança nas regras de mercado e blá-blá-blá.

Desta forma, sempre que alguém anunciar sua disposição em acabar com a "gastança" e em liminar os dispêndios "ineficientes", podemos ter a certeza de que a meta sub-reptícia é promover a redução dos gastos "primários" apenas. E dá-lhe as políticas de contenção dos orçamentos para saúde, assistência social, educação, previdência social, salários de funcionários públicos, segurança pública, infraestrutura e investimentos públicos de forma geral. Mas não se ouve uma única palavra a respeito dos R\$ 700 bilhões que o Estado brasileiro destinou ao longo dos últimos 12 meses às contas dos detentores de títulos da dívida pública.

Isto posto, voltemos ao debate atual relativo à proposta que Fernando Haddad vinha lardeando desde o início do terceiro mandato de Lula. Sua estratégia foi por abandonar a ideia de simplesmente promover a revogação do famigerado teto de gastos da época de Temer e Meirelles, em 2016. O ministro propôs a substituição daquela regra por outra, um pouco mais suave, mas ainda fundamentada em princípios da austeridade – o Novo Arcabouço Fiscal. Pois agora insiste, quase messianicamente, em que o resultado fiscal primário (sempre o adjetivo mágico) para 2024 deva ser igual a zero.

Haddad em busca do zero messiânico.

Como se sabe, trata-se de uma abordagem ultrapassada. Afinal, até mesmo o establishment das organizações multilaterais sabe disso. Vejam o que publicou recentemente o renomeado economista francês Olivier Blanchard, que ocupou o estratégico cargo de economista chefe do FMI entre 2008 e 2015:

(...) "Hoje, a maioria dos países avançados registra déficits primários. Eliminá-los seria provavelmente catastrófico, pois levaria a graves recessões e provavelmente à ascensão de partidos populistas. Assim, o plano deve ser fazê-lo lentamente, mas de forma constante e com credibilidade." (...) [GN]

Ora, não faz sentido esse compromisso desnecessário com uma meta fiscal que até mesmo os adversários políticos do governo, alinhados com o campo conservador, consideram inatingível. Além de ser equivocada politicamente, a obstinação com essa busca do zero revela-se como um grande erro de avaliação de estratégia econômica para dar início à hercúlea tarefa de solucionar os principais problemas do País. A reconstrução do verdadeiro desastre que foram os seis anos de entre Temer e Bolsonaro exigem um grande esforço de recuperação do protagonismo do Estado. Além disso, está na ordem do dia das prioridades de Lula o restabelecimento das políticas públicas que foram desmanteladas pela sanha neoliberal e privatista daquele período.

Isso tudo somado significa que o governo, ao contrário do que sugere Haddad, precisa aumentar de forma considerável o investimento público e as despesas governamentais nas áreas sociais. A urgência em elaborar e colocar em prática um Plano Nacional de Desenvolvimento não será cumprida apenas com a panaceia das Parcerias Público Privadas (PPP) que o professor do INSPER tanto menciona. Não! Sem uma presença forte do Estado neste novo desenho, as coisas permanecerão na base do nosso conhecido "mais do mesmo".

Lula sabe de tais riscos. E, ao que tudo indica, ele decidiu por intervir no debate e apontar aquilo que o Presidente da República pensa a esse respeito. Ao soltar frases como "dificilmente a meta de zero será atingida em 2024" ou que "dinheiro bom é dinheiro transformado em obras", o chefe de Haddad deixa claro que o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem deve ser alterado, para evitar especulações e saias justas desnecessárias durante o próximo exercício. Afinal, existe um amplo consenso de que o resultado fiscal primário será negativo. E, ao contrário do que apregoam os arautos do financismo neoliberal, isso não se caracteriza como um problema. Pelo contrário, trata-se de uma solução para o Brasil se reencontrar com a trilha do crescimento e do desenvolvimento

Editorial Cultural FM Torres RS 09 de novembro 23

Lá vem a GLO! Para que? Para nada...

~~~~~\*\*\*\*

Luiz Carlos Azedo - O fracasso pode se repetir com a GLO de Lula

<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../luiz-carlos-azedo-o...>

Thiago Amparo - Coisas boas e novas na GLO no Rio

<https://gilvanmelo.blogspot.com/.../thiago-amparo-coisas...>

~~~~~\*\*\*\*

GLO Péssima ideia – MANUEL DOMINGOS NETO* e LUIZ EDUARDO SOARES**

. <https://red.org.br/noticia/glo-pessima-ideia/>

Mais uma vez, o Estado brasileiro faz o militar agir como policial. Alimenta a permanente crise de identidade das Forças Armadas e das corporações policiais.

Agora, o Exército não está nos espaços reservados aos sobreviventes da escravidão, da matança dos povos originários e da "vadiagem". Mas a Marinha e a Aeronáutica atuam em portos e aeroportos, desperdiçando recursos públicos em atividades distantes de sua destinação precípua.

Em um mundo assombrado pela possibilidade de guerra generalizada, os governantes parecem despreocupados com a proteção do Brasil ante eventuais ameaças de forças estrangeiras hostis.

Essas duas obrigações do Estado, Defesa e Segurança Pública, são rigorosamente distintas: exigem equipamentos, organização, preparo e culturas diferentes. Enfrentar agressor estrangeiro nada tem a ver com tarefas envolvidas no controle das violações às leis.

Confundindo funções diferentes, o governo fragiliza a Defesa do Brasil e despretege a cidadania. Alimenta a dependência externa e faz do cidadão que transgrida a lei um inimigo a ser abatido. Reafirma o conceito de "inimigo interno" propalado pelo Pentágono e assimilado pelas elites dirigentes brasileiras. Com "inimigo" não se conversa, se anula de qualquer forma.

Já o cidadão transgressor continua a ser cidadão e precisa ser levado ao tribunal. A ideia de que deva ser abatido é traduzida pela consigna "bandido bom é bandido morto". A permanência dessa concepção (presente no recurso às Forças Armadas para lidar com segurança pública) mostra que a direita raivosa foi derrotada eleitoralmente, não politicamente. Sobrevive entranhada na sociedade, na representação política e, sobretudo, nas engrenagens do Estado.

Operações de GLO são de grande utilidade simbólica e política. São peças teatrais dispendiosas que servem para fingir que os problemas de ordem e segurança pública estão sendo encarados. Passam a falsa noção de que o governo reprime a criminalidade. Permitem ao militar "exibir serviço", quando, na realidade, diante do anúncio de conflagração mundial, descuida da proteção do Brasil. Camuflam o fato de as Forças Armadas estarem despreparadas para negar a terra, o mar, o ar e os espaços cibernético e sideral ao estrangeiro ganancioso. Iludem a sociedade, disseminando a ideia de que o militar é o derradeiro recurso diante de problema doméstico crônico. Dissimulam o fato de as corporações não encerrarem as atividades de seus dispendiosos escritórios em Washington. Reafirmam a crença de que o militar é salvador da pátria e credenciado condutor da sociedade.

O Constituinte escreveu os artigos 142 e 144 da Carta com o sabre na garganta. Obedeceu a corporações estruturadas para combater "inimigos internos". Governos eleitos democraticamente, mostrando subserviência aos comandantes, endossam essas aberrações constitucionais.

Ao autorizar operações de garantia da lei e da ordem, executivos públicos, em um só lance, mostram descaso diante da necessidade de garantir voz alta no cenário internacional e, internamente, desleixo com a cidadania. Dobram-se às corporações armadas para perpetuar a subordinação ao estrangeiro poderoso e às estruturas sociais que contrariam aspirações democráticas e de soberania.

A bandidagem ganha com a GLO, na medida em que, mais uma vez, as dinâmicas perversas que a fortalecem são mantidas. As facções criminosas se alimentam do encarceramento em massa de jovens varejistas do comércio de drogas, absurdo endossado pelo MP e abençoado pela Justiça.

Dos 832 mil presos brasileiros, os acusados ou condenados por tráfico já são mais de 30% (62% entre as mulheres). A maioria tem sido presa em flagrante, porque a corporação que mais prende (a PM) está constitucionalmente proibida de investigar. Resta-lhe responder à pressão da sociedade encarcerando a arraia-miúda, que atua ostensivamente, não interage com os grandes protagonistas das redes criminosas nem se beneficia dos negócios bilionários.

Uma vez no cárcere, ao jovem pobre, em geral negro, morador de territórios vulneráveis, resta comprar sua sobrevivência de quem a pode garantir: a facção que manda no presídio, posto que o Estado não cumpre a Lei de

Execuções Penais, não exerce autoridade nem afirma a legalidade no interior das prisões.

O preço da sobrevivência do preso será o envolvimento futuro com a facção.

Em outras palavras: encarcerando em massa e abandonando o sistema penitenciário às facções, o Estado contrata violência futura, reproduzindo geometricamente a criminalidade organizada e destruindo a vida de gerações e suas famílias. Além disso, aprofunda o racismo estrutural e as iniquidades sociais. Não há exagero retórico quando se diz que a guerra às drogas é a guerra aos pobres, uma guerra racista e destinada ao fracasso.

Há um ponto decisivo, que nos remete aos artigos 142 e 144 da Constituição e ao fato de que, na prática, por imposição dos militares, não houve transição democrática na Defesa e na Segurança Pública: qualquer avanço consistente e sustentável exigirá o enfrentamento do crime no interior das polícias, o qual será impossível enquanto essas instituições permanecerem refratárias ao comando da autoridade política civil. Sem a afirmação dessa autoridade sobre as instituições que mobilizam a força do Estado, a democracia, a vontade popular e a soberania nacional permanecerão chantageadas.

Ao postergar reformas na Defesa Nacional e na Segurança Pública, os governos federal e estaduais prosseguem em marcha batida para o desastre, alimentando as fogueiras do medo, do ódio e do ressentimento, que preparam os espíritos para o fascismo.

Os governantes estão perdidos, temerosos de uma opinião pública envenenada pela confusão entre justiça e vingança, ludibriada pela ideia de que a única solução é fazer mais do mesmo, com mais intensidade (mais prisões, mais proibicionismo, mais violência policial, penas mais longas, cárceres mais cruéis).

É preciso coragem para trocar os jogos de cena pelo diálogo franco com a sociedade. Até quando será negada a necessidade de uma reforma militar e de uma profunda revisão do sistema de segurança pública?

Quando Lula começará a "cuidar do povo", como prometeu? O povo não precisa apenas de comida, diversão e arte. Sem segurança pública, persistirá no inferno, que é como vive quem mora nas periferias das cidades brasileiras. Sem Defesa Nacional, persistirá submetido à vontade emanada do estrangeiro poderoso.

*Doutor em História pela Universidade de Paris, escreveu O que fazer com o militar – Anotações para uma nova Defesa Nacional (<https://gabinetedeleitura.com/>)

**Antropólogo, cientista político e escritor. Foi secretário nacional de segurança pública e coordenador de segurança, justiça e cidadania do Estado do RJ.

~~~~~

## Rumos da Economia Brasileira

~~~~~\*\*

Os fatos no caminho da notícia –TVCom Pelotas RS

<https://www.youtube.com/live/jgpeIgr4HsQ?si=2Rs-6V326liGES7h>

~~~~~\*\*

O Brasil surpreendeu o mundo depois de 1930 pela sua capacidade inusitada de gerenciar a crise do modelo primário exportador, ancorado nas exportações de café, cujos preços eram administrados pelo país pelo virtual monopólio que detinha sobre sua produção. Na verdade o café havia dado, desde o Império, um patamar de infraestrutura física no centro do país e de capitalização empresarial que abria possibilidades para um processo de industrialização. Mas fazia falta uma clara opção desenvolvimentista, com mudanças na gestão tributária e criação de instituições governamentais que assim o orientassem. Difícil decisão num país dominado por século de valorização da produção agrícola para o exterior que amparava argumentos liberais de que não devíamos nos aventurar em setores da economia sobre os quais não dominávamos com inequívocas “vantagens” comparativas. Daí o intenso debate que vai dominar o cenário brasileiro nos anos de Vargas no Poder, nos quais se destacou o empresário Roberto Simonsen na defesa progressista de indústria. Afinal, mesmo com contratemplos, a economia brasileira foi se transformando com a gradual mudança no perfil da nossa produção, das cidades e da distribuição da população, crescentemente urbana. Mesmo com revisões que veem sendo feitas sobre nossas contas públicas, sabe-se que crescemos ininterruptamente de 1930 a 1980 em torno de 6,5% ao ano. Um sucesso, comparável com o que a China ofereceria nas últimas 4 décadas. O Brasil, enfim, mudou, mas vem tropeçando desde a década de 80 em busca de novas inspirações e forças políticas que sustentem seu crescimento. Nesta década, aliás, de 1980, a governança global passou a ser dominada por um retorno ao liberalismo, aliás desenfreado, que culminaria na proclamação do CONSENSO DE WASHINGTON em 1989, com o enaltecimento da globalização como corolário da liberdade dos mercados em escala mundial. Aqui, a controvérsia sobre o papel do Estado como promotor do desenvolvimento voltou à cena política e ainda não assentou novo consenso. A maior crítica a este papel reside no famoso déficit público, cada vez mais questionado, mesmo em setores da esquerda. Vide recente debate entre Lula e Haddad. Certamente, não há como retornar à ilusória máquina de imprimir dinheiro estatal como instrumento de promoção de investimentos públicos, gerando déficits incontroláveis. Mas ainda persiste uma convicção na esquerda, fundada na experiência histórica, acrescentada pelos requisitos para a promoção da cidadania, de que cabe ao Estado um papel estratégico na retomada de nosso crescimento. Neste processo estão embutidas questões sobre a dinâmica e papel do agro=business como importante gerador de divisas, sobre as estatais, principalmente PETROBRÁS pelo papel que tem sobre os preços e perspectivas dos combustíveis e sobre o tratamento a ser dado ao nosso sistema tributário e ao papel do capital externo, num momento em que seus apetites devoram não só empresas produtivas mas economias de países inteiros, como é o caso da Argentina. E se questões ideológicas, como defesa da soberania brasileira e melhor distribuição de renda entre os brasileiros são indispensáveis à nossa governança, não é menos importante atualizá-las à luz das technicalidades de

gestão governamental acumuladas nas últimas décadas, o que, entretanto, não se confunde com a capitulação ao neoliberalismo.

#### Anexo

Luiz Carlos Azedo - Esquerdismo contaminou questões do Enem sobre o agroA tese da esquerda brasileira era de que o Brasil não poderia se desenvolver com latifúndio e dominação do capital estrangeiro. O que aconteceu foi o contrário - <https://gilvanmelo.blogspot.com/.../luiz-carlos-azedo...>- Correio Braziliense

Há mais de 100 anos, a reforma agrária é uma ideia-força para a esquerda brasileira. Demorou para ter apoio popular e, a rigor, nunca se completou. É uma das faces do atraso brasileiro e nossa iniquidade social. Em Portugal, a reforma agrária aconteceu na Revolução do Mestre de Avis (1383-1385), coroado João I. Foi uma revolução burguesa, que deu origem ao primeiro Estado Nação da Europa. A vitória da burguesia comercial e a reforma agrária impulsionaram tremendamente as indústrias naval e vinícola de Portugal, sem as quais não teriam ocorrido as grandes navegações.

No Brasil, a primeira oportunidade perdida foi na Independência, em 1822. José Bonifácio, em Apontamentos sobre as sesmarias, defendeu as pequenas propriedades, e a distribuição de terras aos indígenas, ex-escravos e colonos portugueses chegou a ser proposta por ele, para as "terras baldias", numa estratégia de conciliação com os senhores de escravos. A prioridade dada ao arranjo institucional, no qual a monarquia foi a chave para manter a integridade territorial, e capacidade de fazer inimigos de Bonifácio inviabilizaram suas propostas, mesmo não havendo abolição.

A segunda oportunidade foi perdida da Abolição propriamente dita, em 1888, à Proclamação da República, em 1889. No primeiro caso, o Marques de Ouro Preto, em vez de indenizar os ex-escravos, indenizou os escravocratas. Seu projeto Auxílio à Lavoura distribuiu aos ex-senhores de escravos 86 mil contos de réis, o equivalente a um quarto do Orçamento do Império, emprestado pela Casa Rothschild, de Londres, para pagamento em 50 anos e garantia de juros do governo brasileiro. Na segunda oportunidade, Rui Barbosa, ministro da Fazenda de 1890 a 1891, revogou a legislação do Auxílio à Lavoura, para criar um Banco Hipotecário e tributar as propriedades, mas foi derrotado pela elite agrária.

Na Revolução de 1930, não foi muito diferente. Getúlio Vargas chegou ao poder confrontando as elites agrárias de São Paulo e Minas, mas não levou adiante a reforma agrária. Rapidamente se recompôs com esses setores e limitou seu ímpeto reformista a algumas colônias agrícolas e assentamentos em terras da União. Em contrapartida, a legislação trabalhista acirrou os conflitos no campo. Os antigos colonos e meeiros foram expulsos das fazendas, que passaram a recorrer ao trabalho temporário de boias frias nas culturas de algodão, café, cana de açúcar e laranja.

Esse processo contribuiu para a radicalização política que nos levou ao golpe de 1964. Naquele ano, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população era de 79,8 milhões de pessoas. O número dos que viviam em área rural alcançava 33 milhões. A produção agrícola, porém, não atendia todo o mercado interno. O latifúndio improdutivo ocupava grandes extensões de terras. Os trabalhadores rurais eram mal remunerados e viviam





O New Deal provou ser possível enfrentar a depressão num ambiente de conquistas sociais

<http://www.cartacapital.com.br/revista/883/a-mao-protetora-do-estado>

Por Luiz Gonzaga Belluzzo — publicado 16/01/2016 06h35

A máxima de Roosevelt: "a única coisa de que devemos ter medo é do próprio medo"

A eleição presidencial dos Estados Unidos de 1932 foi disputada no momento em que a depressão econômica atingia seu nadir. Entre 1929 e 1932, a renda nacional havia caído 38%, regredindo para o nível de 1922. O desemprego avançou celeremente e jogou na rua 12 milhões de pessoas.

O declínio da renda e a retração aguda do consumo fizeram eco à dramática contração dos gastos de investimento das empresas e à desastrosa política fiscal e monetária da administração republicana. A bancarrota na indústria e na agricultura foi generalizada. O colapso dos preços tornou-se insuportável para o setor produtivo.

A carga financeira do endividamento contraído nos anos de euforia. O sistema bancário veio abaixo com grande estrondo, cujos decibéis podem ser avaliados pela falência de 5 mil instituições.

Disputavam o voto popular o então presidente Herbert Hoover, do Partido Republicano, e o democrata Franklin Delano Roosevelt. A campanha republicana prometia a austeridade fiscal e o fortalecimento do dólar nos marcos do padrão-ouro.

Roosevelt acenava com um novo Pacto Social para a América, capaz de incluir "os que estavam esquecidos no fundo da pirâmide econômica".

Roosevelt assumiu a Presidência em março de 1933 e proclamou em seu discurso inaugural que "a única coisa de que devemos ter medo é do próprio medo".

Não se pode dizer – nem mesmo os que avaliam idilicamente a experiência do New Deal – que aqueles tempos foram de coerência e certezas. Também não se pode negar que foram tempos de coragem e grandeza.

O presidente foi capaz de articular o movimento de grupos sociais heterogêneos em uma grande coalizão progressista. Ao lado dele estava Eleanor Roosevelt, com "a beleza de sua inteligência". Ninguém jamais ousou chamá-la de primeira-dama.

Ela caminhou ao lado e muitas vezes à frente do marido nas manifestações de solidariedade com os americanos maltratados pelos açoites da Depressão. Na última pincelada no retrato de Eleanor no livro Names-Dropping, John K. Galbraith desenha "a campeã da luta contra a pobreza." Grandes mulheres em tempos difíceis.

Não por acaso, nos famosos “Cem Dias” de 1933 foram inaugurados programas emergenciais para desempregados, mediante assistência direta e renda mínima.

Esses programas evoluíram nos anos posteriores, com a criação da Work Projects Administration, em 1935, concebida para um amplo esforço de reabsorção do desemprego, apoiado em obras públicas.

Harry Hopkins, idealizador e responsável pela execução do programa da WPA, tinha como princípio básico o seguinte lema: “A fome não se discute”.

A débâcle foi enfrentada com o Emergency Bank Bill de 9 de março de 1933 e pelo Glass-Steagall Act de junho do mesmo ano.

Esses dois instrumentos legais permitiram um maior controle do Federal Reserve sobre o sistema bancário, facilitando o refinanciamento dos débitos das empresas, sobretudo da imensa massa de dívidas dos agricultores, e promovendo uma profunda reestruturação do sistema bancário.

Isso significou uma forte centralização da intervenção do Estado sobre os bancos privados e garantias mínimas para os depositantes, medidas indispensáveis para a execução de uma política de liquidez e de direcionamento do crédito, em benefício da recuperação econômica.

Tomadas essas medidas emergenciais, relativas ao desemprego e à desordem financeira, o governo constituiu a National Recovery Administration, encarregada do planejamento industrial, e a Agricultural Adjustment Administration, incumbida de executar a política de preços, estoques e comercialização de produtos agrícolas.

Muitos anos depois, os debates sobre a experiência do New Deal concentram-se sobre o êxito limitado do programa. Os críticos sublinham a debilidade da recuperação, a ganhar sustentação apenas com a mobilização bélica, e o constante ziguezague da política econômica.

Poucos consideram as consequências políticas e sociais da “revolução democrática”, que contrastava fortemente com a tragédia vivida pela Europa, com a ascensão do nazifascismo.

O New Deal demonstrou ser possível enfrentar a depressão num ambiente de liberdade e de conquistas sociais. Difícil imaginar o destino das economias capitalistas sem que a mão visível do Estado as tivesse protegido do flagelo da mão invisível do mercado.

O programa de Eleanor e Franklin Delano preparou o imaginário das sociedades para a defesa da democracia e para a reorganização econômica, social e política que orientou o estrondoso sucesso do capitalismo no pós-Guerra

Há muito tempo não temos no governo do Brasil um grupo tão brilhante quanto o trio hoje liderado por Haddad. É a melhor equipe econômica das últimas três décadas. Competente, seria, comprometida com o Brasil.

Esta equipe, este trio de ouro pegou um país de economia destroçada, o Estado nacional " falecido de morte matada " falência múltipla dos órgãos vitais (ministérios substituídos por agências reguladoras, empresas estratégicas parcialmente privatizadas, uma indecente autonomia concedida ao Banco Central por Lei Complementar não justificada nem debatida com a sociedade, o câmbio entregue à especulação dos bancos globais, a taxa de juros jogada às feras do financismo, etc, etc). E está tentando, com muita competência e honestidade (Coisa rara...!) tirar nossa economia da lama em que vinha sendo atirada há 7 longos anos, por força de um golpe de Estado hoje considerado inválido !

Precisamos dar apoio a este trio - competente, muito competente - e honestissimo no trato da coisa pública. Sejamos solidários com a virtude.

\*

Para Dweck, fala de Lula não desautoriza Haddad: "Presidente está bem envolvido para garantir o aumento da arrecadação"

Ministra destacou o esforço do governo pela aprovação do novo arcabouço fiscal e o trabalho realizado na direção de rever gastos tributários